Relatório de GESTÃO

EXERCÍCIO 2022

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

CONSELHEIROS FEDERAIS EFETIVOS

Juliano do Vale, CD – (Presidente)
Raimundo Nazareno de Souza Ávila, CD – (Vice-presidente)
Claudio Yukio Miyake, CD – (Secretário-Geral)
Luiz Evaristo Ricci Volpato, CD – (Tesoureiro)
Ataíde Mendes Aires, CD
Élio Silva Lucas, CD
Gláucio de Moraes e Silva, CD
Jairo Santos Oliveira, CD
Tessa de Lucena Botelho, CD

CONSELHEIROS FEDERAIS SUPLENTES

Anderson Lessa Siqueira, CD
Bianca Soares Zambiasi, CD
Gilmar Trevisan, CD
Isabelly Lemos Basto de Oliveira Rosas, CD
João Batista Figueiredo Franco, CD
Ricardo Manoel Lourenço, CD
Roberto de Sousa Pires, CD
Samir Najjar, CD

© Copyright 2023,
Conselho Federal de Odontologia
<www.cfo.org.br>

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO
Conselho Federal de Odontologia
Superintendência Executiva

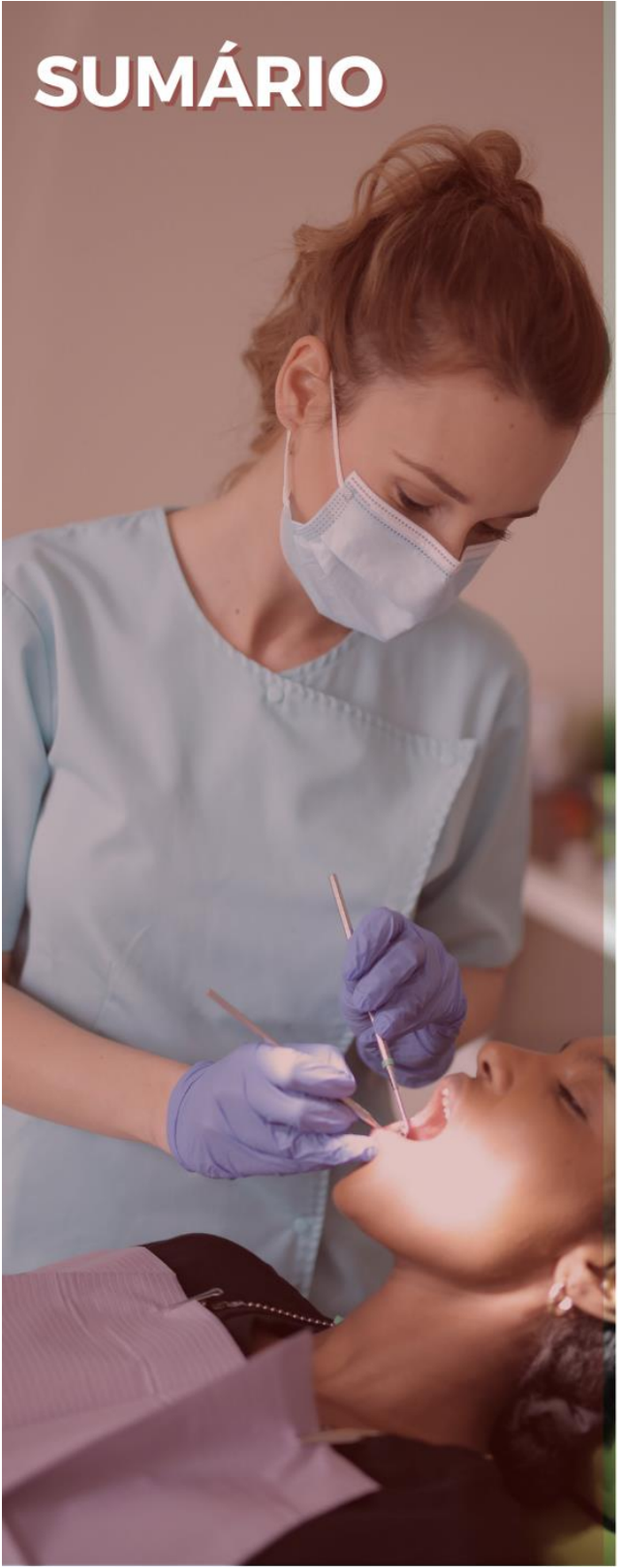
Brasil. Conselho Federal de Odontologia.

Relatório de gestão: na forma de relatório integrado: evolução da prestação de contas / Conselho Federal de Odontologia.
1.ed. - Brasília: CFO, Superintendência Executiva, 2022.
70 p.

1. Relatório de Gestão. - 2. Prestação de contas. - 3. Administração Pública. 4. Governança. - 5. Transparência.

Ficha catalográfica elaborada pela Superintendência Executiva.

SUMÁRIO



Siglas e abreviaturas 5
Apresentação 6
Mensagem do Presidente 7

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Identificação da Entidade 10
Missão, Visão e Valores daa Entidade 11
Modelo de Negócio 12
Estrutura Organizacional 13
Estrutura do CFO 14
Composição do Plenário 15
Comissões Permanentes 16
Instâncias de Governança 17
Canais de Comunicação 18

Riscos, Oportunidades e Perspectivas

Mapa das Partes Interessadas 20
Matriz de Análise de Swot 21
Mapa Estratégico 22
Evolução da Odontologia..... 23
Setor de Auditoria 24

Governança, Estratégias e Desempenho

Despesas 26
Despesas e Receitas 27
Receita Corrente x Despesa de Pessoal 28
Diárias e Receitas 29
Resultados da Gestão 30
Setor Jurídico 31
Administração 32
Atividade Finalística 33
Comissões..... 38
Gestão Financeira 40
Gestão de Pessoas 41
Gestão de Contratos e Compras 43
Tecnologia da Informação 44

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Responsáveis pelas Demonstrações 49
Declaração do Contador..... 50
Demonstrações Contábeis 52
Balanço Patrimonial 56
Balanço Orçamentário 57
Balanço Financeiro 59
Demonstrações dos Fluxos de Caixa 60
Variações Patrimoniais 61
Notas Explicativas 62

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Siglas e abreviaturas

APD – Auxiliar de Prótese Dentária
ARP – Ata de Registro de Preço
ASB – Auxiliar em Saúde Bucal
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
BF – Balanço Financeiro
BI – *Business Intelligence*
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
BSC – *Balanced Scorecard*
CAO – Central de Atendimento Odonto
CD – Cirurgião-Dentista
CFO – Conselho Federal de Odontologia
CGAI – Comitê Gestor de Acesso à Informação
CGU – Controladoria Geral da União
CPD - Centro de Processamento de Dados
CRO – Conselho Regional de Odontologia
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DJ – Decisão Judicial
DN – Decisão Normativa
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
EPAO – Entidade Prestadora de Assistência Odontológica
EPO – Empresa de Produtos Odontológicos
GERCON – Gerência Contábil
IN – Instrução Normativa
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LB – Laboratório de Prótese Dentária
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MPF – Ministério Público Federal
NBCTSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
PAT – Plano Anual de Treinamento
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
SCO – Sistema Conselho de Odontologia
SRP – Sistema de Registro de Preço
STF – Supremo Tribunal Federal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TPD – Técnico de Prótese Dentária
TSB – Técnico em Saúde Bucal
VPA – Variações Patrimoniais Aumentadas
VPD – Variações Patrimoniais Diminuídas

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Relatório de GESTÃO 2022

Mais um ano de desafios e resultados. O relatório de gestão do exercício de 2022 é a prestação de contas anual apresentada aos órgãos de controle interno e externo, bem como à sociedade. Trata-se de uma obrigação constitucional, prevista no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Sua elaboração segue as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e do órgão de controle interno, conforme Instrução Normativa (IN-TCU) nº 84, de 22 de abril de 2020; e da Decisão Normativa (DN-TCU) nº 198, de 23 de março de 2022. No formato de relatório integrado e de forma objetiva, este documento relata qual é a missão institucional do CFO, facilitando a compreensão de como os recursos são aplicados na supervisão, orientação e fiscalização do exercício profissional e na promoção da saúde bucal, visando à proteção da sociedade e dos que exercem a Odontologia legalmente. Este documento integra as principais ações da Autarquia, planejadas estrategicamente, levando em consideração os desafios de criar políticas que geram valor para a sociedade.

cfo CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Mensagem do **Presidente**

Juliano do Vale
Presidente do CFO

Cirurgião – Dentista
CRO – TO nº 539

O Conselho Federal de Odontologia, entidade Autárquica com mais de 380 mil Cirurgiões-Dentistas registrados, reforçou em 2022 a sua atuação na atividade finalística, com a implantação do Manual de Fiscalização, do Plano Nacional de Fiscalização e do Programa de Fortalecimento das Atividades de Fiscalização. Com esse trabalho, fomos premiados na 6º Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais na categoria Inovação na Fiscalização. Esse tipo de reconhecimento reforça cada vez mais o impacto social da gestão realizada e nos enche de orgulho.

Além disso, a fim de aprimorar o processo de arrecadação, prorrogamos em Janeiro de 2022 o prazo para adesão ao Programa Nacional de Recuperação de Créditos Fiscais, que possibilitou aos inscritos regularizarem a situação financeira junto ao Conselho.

No âmbito da governança, *compliance* e controles internos, o último exercício foi importante para consolidar as boas práticas nos Conselhos Regionais, com a conclusão do ciclo de auditoria interna em todos os 27 CROs. Ainda, para fortalecer os mecanismos de controle, contratamos uma empresa de Auditoria Externa, para realizar toda a verificação financeira, contábil e patrimonial de todos os Conselhos Regionais de Odontologia.

Por fim, quero destacar o trabalho de recuperação financeira da entidade realizado desde 2017. No ano de 2022 tivemos a maior arrecadação da história do sistema conselhos, o que nos permitiu investir cada vez mais na atividade finalística da entidade. Esse resultado é fruto do árduo trabalho de padronização, integração sistêmica e evolução normativa que implantamos.

Tenho absoluta certeza que o ano de 2023 apresentará resultados ainda melhores com o aprimoramento constante das boas práticas gerencias que estamos executando, tudo em consonância com o planejamento estratégico integrado à missão, visão e valores da entidade.

A fim de apresentar adequadamente a essa Corte de Contas e aos inscritos o resultado da gestão, este relatório foi desenvolvido de maneira integrada, elaborado de acordo com as disposições das instruções e decisões normativas do TCU, relatando a missão institucional para facilitar a compreensão de como os recursos são aplicados.

CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Principais Números do CFO

97 Colaboradores

630.025
PROFISSIONAIS INSCRITOS

9 RESOLUÇÕES
PUBLICADAS

26 REGIONAIS
ESTADOS
+ Distrito Federal

257 PROCESSOS ÉTICOS
JULGADOS

72.537 EMPRESAS
INSCRITAS

3 EDIÇÕES DA REVISTA
Sorrisos Brasileiros

R$ 91.673.191,38
Milhões de Receita

1.054 MANIFETAÇÕES
RECEBIDAS
pela **OUVIDORIA**

168 NOTICIAS PUBLICADAS

12.438 Atendimentos
realizados pela
CENTRAL DE ATENDIMENTO ODONTO

183.440 DE SEGUIDORES
NAS REDES SOCIAIS
Total acumulado de todas as redes

Identificação da Entidade

O Conselho Federal de Odontologia é a unidade central da entidade, responsável direta perante o poder público, por si e através dos Conselhos Regionais, pelo efetivo atendimento dos objetivos legais de interesse público e da classe odontológica que determinaram a sua criação.

O Conselho Federal de Odontologia e os 27 Conselhos Regionais de Odontologia, criados pela Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964 e, posteriormente, instituídos pelo Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971, formam em seu conjunto uma Autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, constituindo o Sistema Conselho de Odontologia (SCO).

São finalidades do Conselho Federal de Odontologia, em todo o território nacional

Supervisionar a ética odontológica;

Zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente;

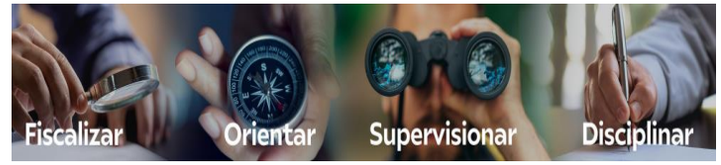
Contribuir para o aprimoramento da Odontologia e de seus profissionais;

Orientar, aperfeiçoar, disciplinar e fiscalizar o exercício da Odontologia com a promoção e a utilização dos meios de maior eficácia presumida;

Defender o livre e correto exercício da profissão de cirurgião-dentista e outras afins;

Julgar, dentro de sua competência, as infrações à Lei e à Ética Profissional;

Funcionar como órgão consultivo do Governo, no que se referir ao exercício e aos interesses profissionais da Odontologia.



CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Em atendimento as suas finalidades, o CFO exerce as funções:

- Deliberativa
- Administrativa ou executiva
- Normativo - regulamentar
- Contenciosa de instância superior
- Supervisora
- Disciplinar

A Missão, Visão e Valores precisam refletir a essência da Autarquia e o ano de 2022 mostrou a necessidade de aprimoramento à fiscalização, de antecipar futuros problemas e de propor mudanças antes das adversidades. Diante desse cenário a instituição estabeleceu suas metas e definiu novas estratégias em busca da melhoria contínua dos seus processos.

MISSÃO

A supervisão da ética odontológica em todo o território nacional, cabendo zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exerce legalmente

VISÃO

Ser entidade reconhecida pela sociedade e pelos profissionais pela sua contribuição e liderança nas questões relacionadas com a Saúde e a Odontologia, por meio de ações de valorização do profissional, pelo estímulo à conduta ética e pelo aprimoramento contínuo em benefício da sociedade

VALORES

- ✓ Legalidade
- ✓ Impessoalidade
- ✓ Moralidade
- ✓ Publicidade e Eficiência
- ✓ Comportamento Ético
- ✓ Excelência
- ✓ Aprimoramento Contínuo

Modelo de Negócio

Fontes de Receita

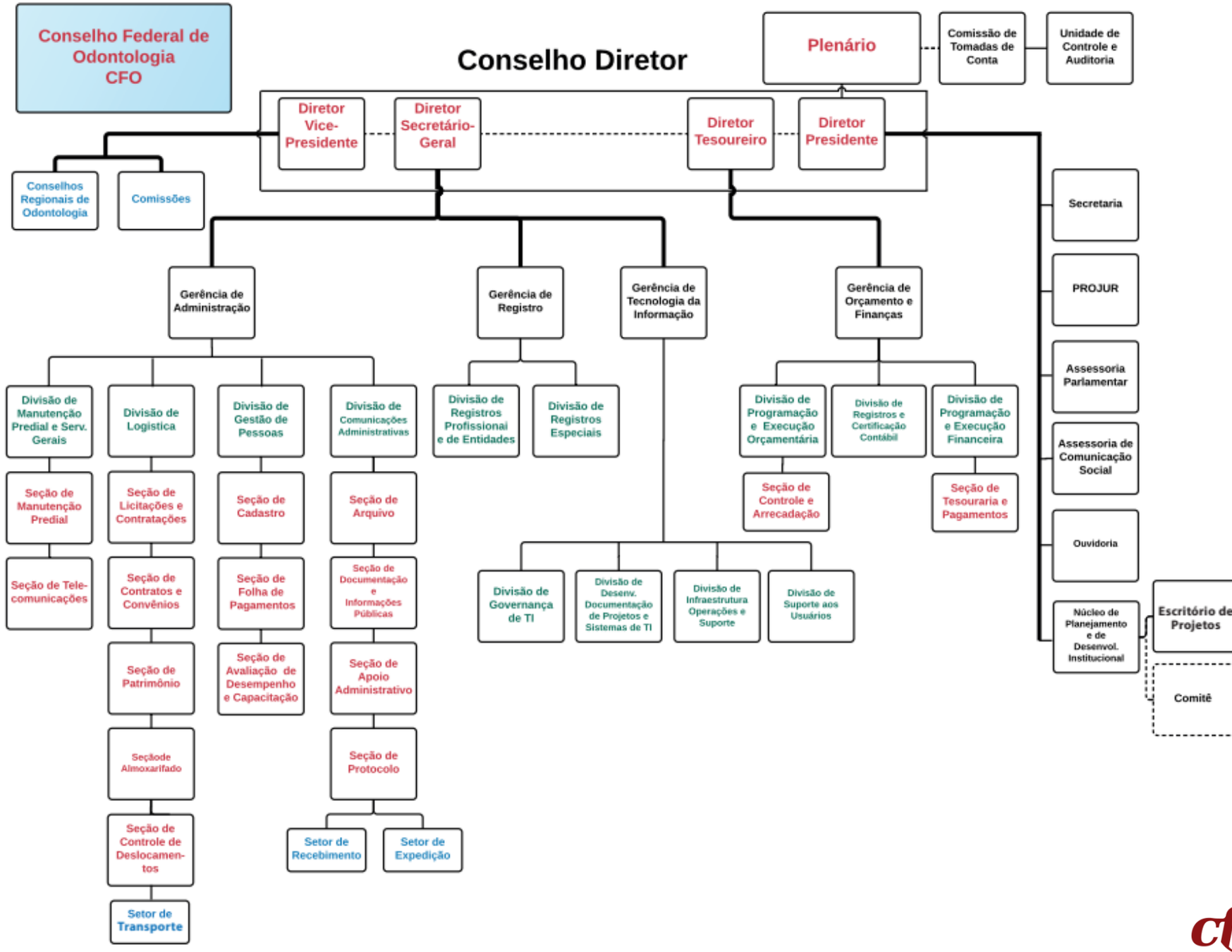
20% da totalidade do imposto sindical pago pelos cirurgiões-dentistas;

1/3 das anuidades cobradas pelos Conselhos Regionais;

1/3 da taxa de expedição das carteiras profissionais;

1/3 das multas aplicadas pelos Conselhos Regionais

Estrutura Organizacional

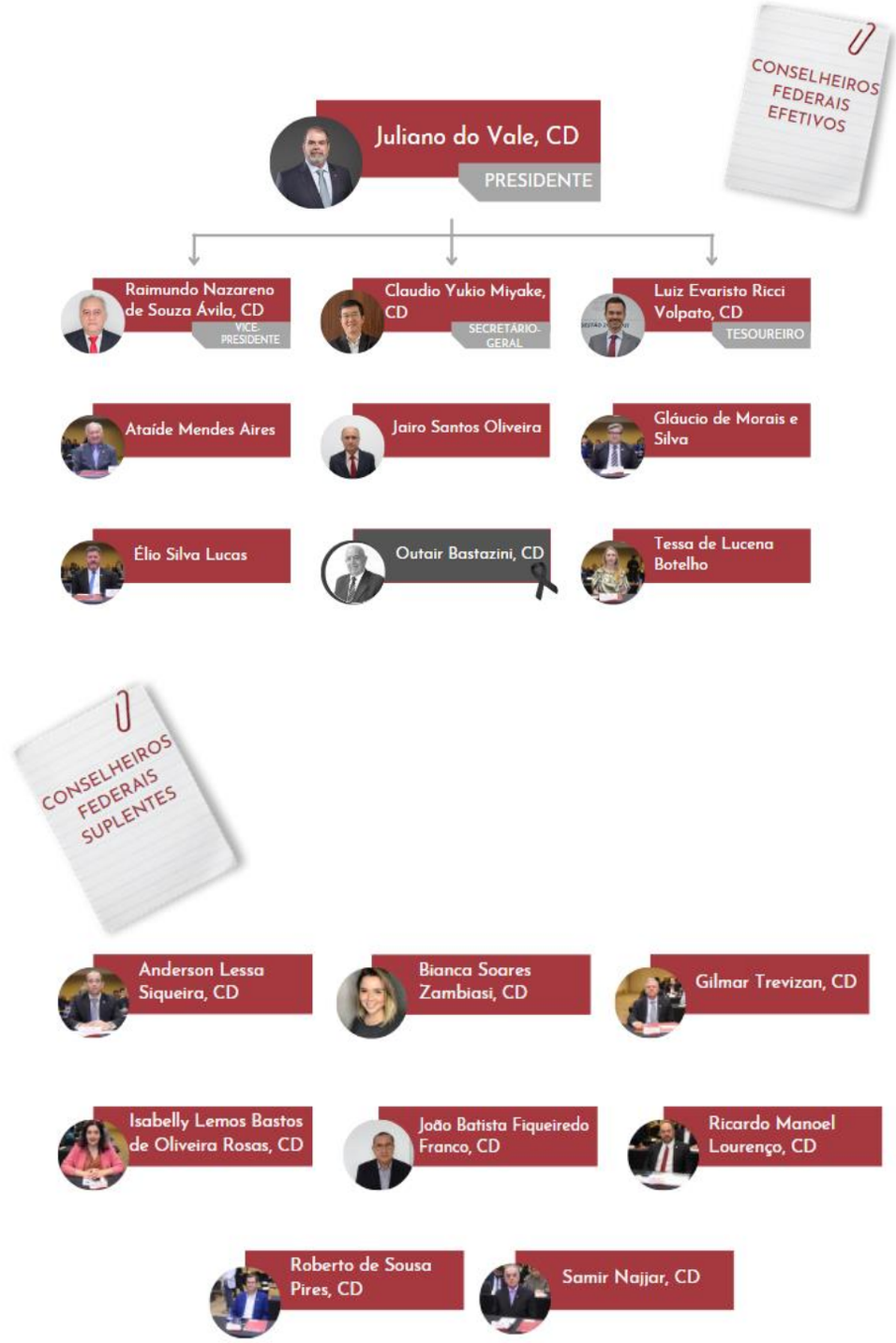


CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

A administração do Conselho Federal de odontologia é exercida por uma Diretoria, com mandato trienal, composta de um Presidente, um Vice- Presidente, um Secretário-Geral e um Tesoureiro, eleitos, também, por escrutínio secreto e maioria de votos, pelos membros efetivos, e dentre eles escolhidos.

Composição do Plenário

O Conselho Federal de Odontologia é constituído por 9 (nove) membros efetivos e 9 (nove) Suplentes, designados pelo título de Conselheiros, todos de nacionalidade brasileira, com mandato trienal, eleitos na forma prevista em Regimento Próprio, por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, em Assembleia de Delegados dos Conselhos Regionais.

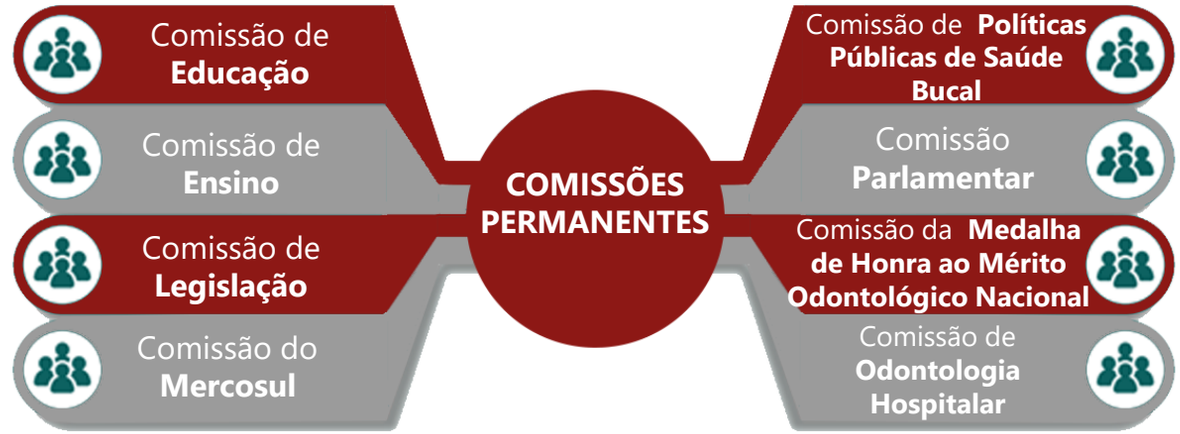


A Gestão dos Conselheiros Federais Efetivos e Suplentes é de 2021 a 2024

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Comissões Permanentes

As Comissões Permanentes do CFO são grupos de apoio técnico, conforme especificidades e temáticas delimitadas em atos normativos, responsáveis pela instrução das proposituras, trazendo para os respectivos processos as orientações técnicas e documentos esclarecedores referentes aos assuntos da Odontologia.



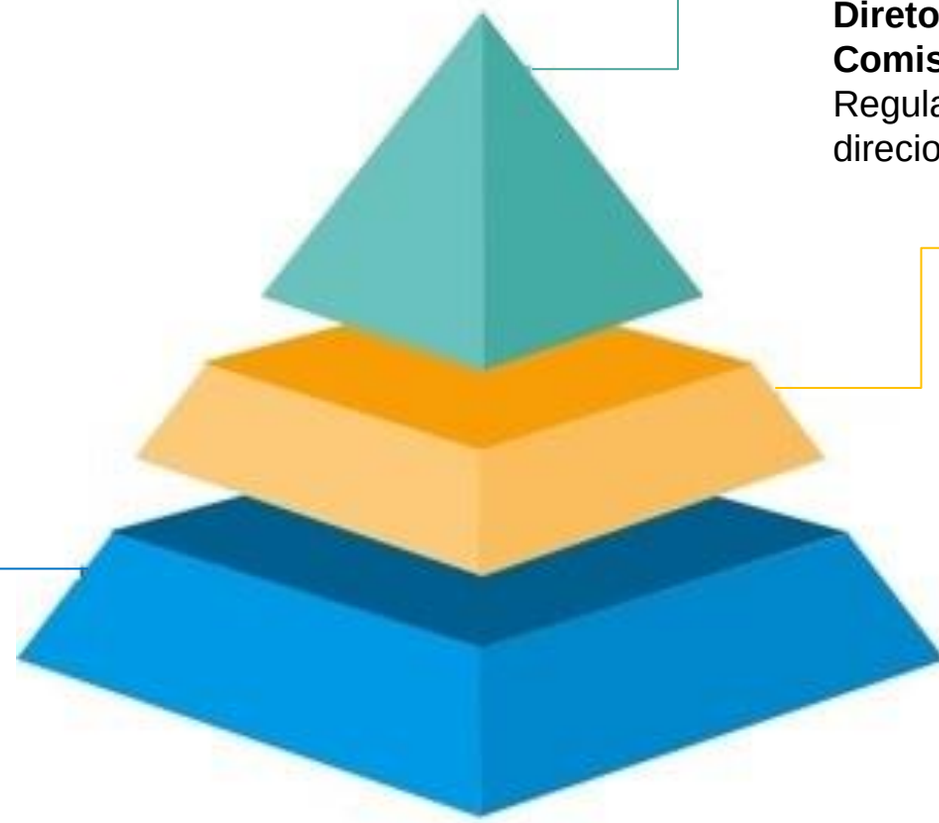
https://website.cfo.org.br/comissoes

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Instâncias de Governança

De acordo com o Regimento Interno a governança do CFO é a instância estratégica e decisória da Autarquia, responsável por regulamentar, avaliar, direcionar e monitorar internamente, composta pelo Plenário, Diretoria e Comissões.

A gestão tática, por sua vez representada pela Superintendência Executiva, é responsável por coordenar, realizar a comunicação entre as partes internas e externas à administração, avaliação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos. A gestão operacional é responsável pela execução de processos produtivos finalísticos e de apoio.



GOVERNANÇA
Plenário
Diretoria
Comissões
Regulamentar, avaliar, direcionar e monitorar.

SUPERINTENDÊNCIA
Coordenações Gerais
Coordenar a gestão operacional

GESTÃO
Gerências
Chefias de Setor
Executar processos finalísticos e de apoio

https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2018/02/regimento_interno_CFO.pdf

Em 2022 CFO implementa novo canal de comunicação

Com o propósito de promover uma interação mais eficiente entre a Classe Odontológica e o Conselho Federal de Odontologia, a CAO oferta atendimento personalizado com maior celeridade, buscando atender às expectativas dos usuários com informações assertivas sobre os diversos objetos de regulação da Autarquia.

12.438 atendimento realizados

O Conselho Federal de Odontologia possui diversos canais de comunicação à disposição da sociedade para divulgações de ações e iniciativas, prestação de contas, recebimento de sugestões e críticas a sua atuação.

Redes Sociais

O site do CFO recebeu 4.309.098 visualizações únicas no ano de 2022, e vem trabalhando pelo crescimento dos perfis do conselho nas diferentes plataformas de mídias sociais. Em comparação ao ano anterior, tivemos o total de 7,77 % de crescimento nas visualizações nas plataformas.

4.309.098
VISUALIZAÇÕES

Novos seguidores

132.765 | 40.781 | 6.764 | 2.911 | 219

Ao longo do ano, o Departamento de Comunicação produziu 168 notícias e atendeu a diversas demandas de imprensa. Com apoio institucional do Conselho Federal de Odontologia, a revista Sorrisos Brasileiros teve três edições publicadas no ano de 2022.

Para 2023, o CFO prevê a retomada do processo licitatório para a contratação de agencia de publicidade a fim de projetar campanhas nacionais com objetivo de expandir positivamente a imagem da Autarquia percebida pela opinião pública.

CAPÍTULO 2

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

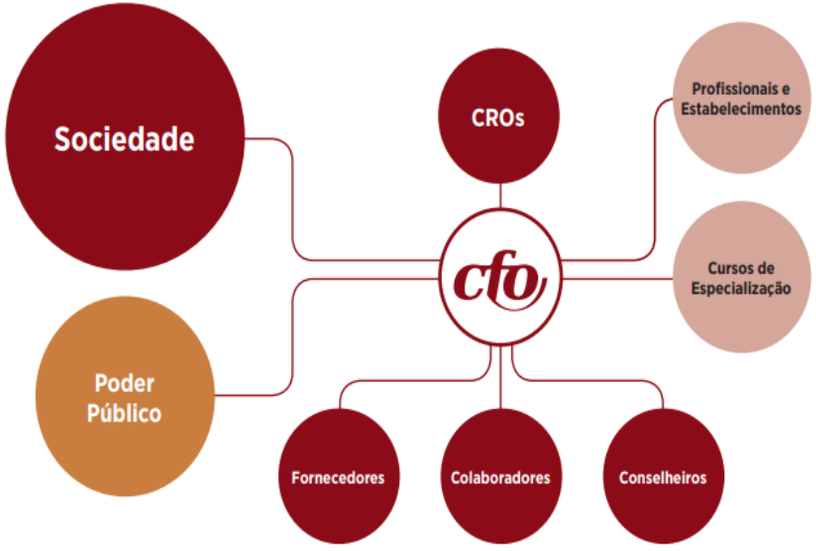
CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Partes Interessadas

PARTES INTERESSADAS são aquelas que se relacionam diretamente ou indiretamente com a organização e cujas atividades são mutuamente afetadas, positiva ou negativamente, em razão desse relacionamento. Desta forma, é possível identificar pessoas e organizações que podem impactar, ser sensibilizados ou ainda perceber-se envolvidos, pelas ações ou decisões do CFO.

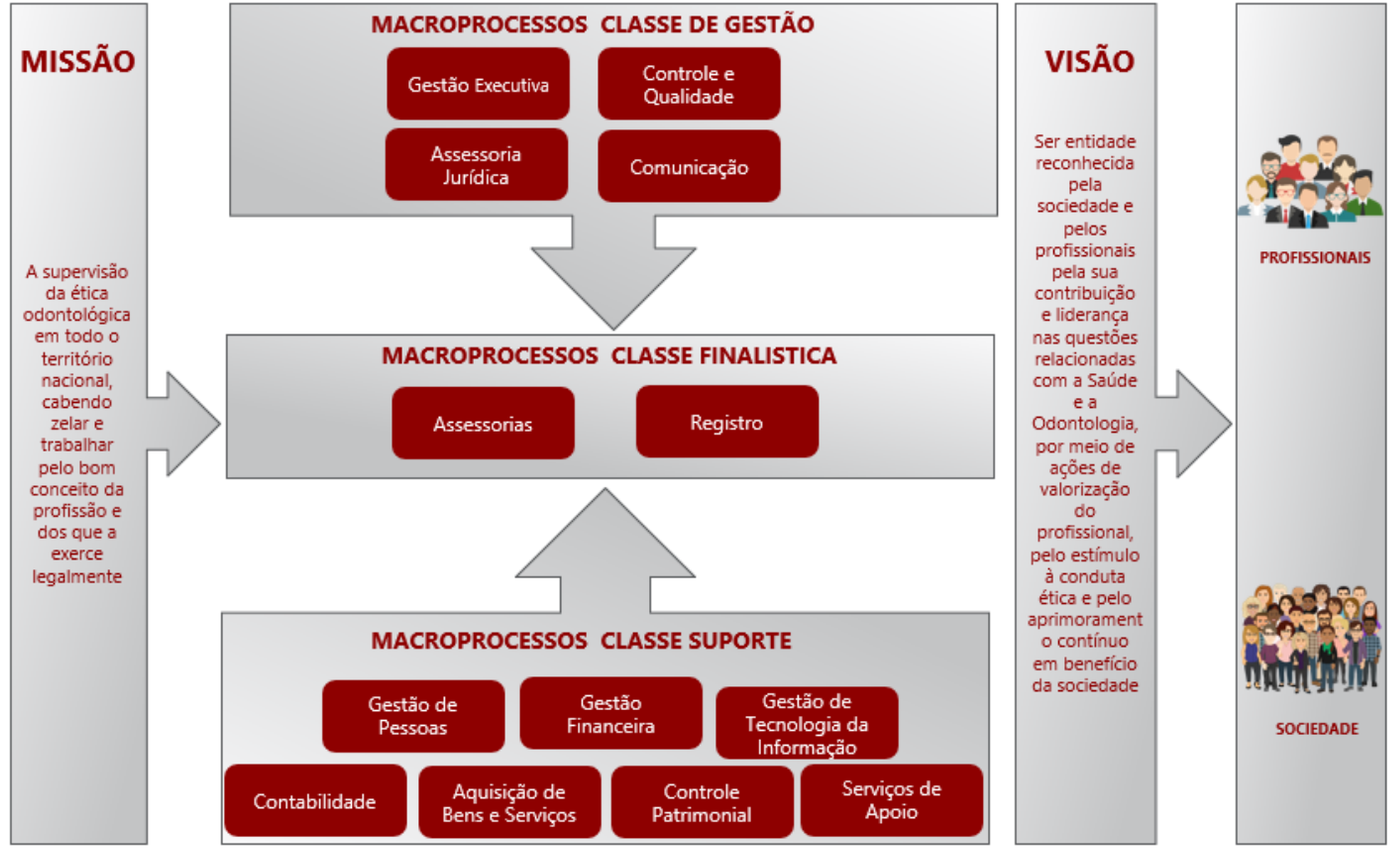
As partes interessadas foram estabelecidas, validadas e classificadas a partir do posicionamento estratégico definido pela diretoria do Conselho.

O objetivo é promover conexões que visem fortalecer a atuação voltada à valorização, desenvolvimento e fortalecimento da profissão, contribuindo na elaboração de políticas para a saúde única e proteção da sociedade.



A **CADEIA DE VALOR** representa o conjunto de processos realizados no CFO, de uma forma gráfica demonstra como as atividades são desenvolvidas pela Autarquia para gerar valor ao seu público de interesse. Demonstra os objetivos da missão, a estratégia operacional visando atingir os processos gerenciais, de suporte e finalísticos. E sinaliza onde órgão quer chegar ao final da cadeia, por meio da sua visão, buscando sempre gerar valores aos profissionais e sociedade.

Cadeia de Valor



ANÁLISE DE SWOT

FORÇA

Boa relação com os CROs
Capacidade de apoio aos CROs com menor número de inscritos
Controle dos Cursos de Especialização
Capacidade de Orientação ao Poder Público
Normas atuais com os avanços da Odontologia
Padronização dos Serviços Cartoriais

FRAQUEZAS

Falta de padronização de processos SCO
Falta de integração de TI no SCO
Sistemas de TI não atendem necessidades
CROs com menor número de inscritos têm recursos escassos para TI
Informações dos CROs não chegam padronizadas ao CFO
Sistema de Cursos de Especialização sem integração com Registro
Colaboradores inexperientes exigem capacitação

OPORTUNIDADES

Utilizar superávit para reduzir anuidade, reduzir inadimplência e atrair novos registros
Integração com outras áreas no desenvolvimento de Políticas Públicas de Saúde

AMEAÇAS

CROs com menor numero de inscritos tem receita insuciente para sua operação
PEC 108/2019 sobre Conselhos Prossionais
Perda de confiança na relação CFO/CROs em razão dos serviços de TI
Falhas que levem ao não atendimento de exigências externas existentes e futuras
Potencial de aumento de custos por reposição de colaboradores
Potencial de perda de colaboradores novos após capacitação por outras oportunidades
Riscos na gestão de informações cadastrais (LGPD) Conflitos por mudanças nas atribuições de profissões de saúde

Essa técnica levanta informações sobre o Ambiente Interno da organização, por meio de suas competências, capacidades e recursos, identificando aspectos positivos e negativos, classificando respectivamente como Forças (*Strenght*) ou Fraquezas (*Weakness*) a serem consideradas quando da construção de estratégias organizacionais. As informações sobre o Ambiente Externo são levantadas seguindo um procedimento similar, identificando situações atuais e futuras no contexto da organização, classificando-as respectivamente como Oportunidades (*Opportunities*) ou Ameaças (*Threats*). A análise conjunta permite fazer um diagnóstico das situações e capacidades da organização e orienta a definição de estratégias e seus objetivos, como forma de aproveitar os pontos positivos e reduzir os efeitos dos pontos negativos identificados na análise. Neste Plano Estratégico, cada situação considerada no Diagnóstico Organizacional é organizada com base na classificação SWOT, indicando tema geral e parte interessada relacionada a ela.

Mapa Estratégico

Os objetivos Estratégicos detalham a Estratégia definida para a organização. Eles são relacionados com os Indicadores e Metas para construir o BSC, ou seja, a lista de indicadores de Desempenho Balanceados e alinhados com a Estratégia.
O Mapa Estratégico é o quadro que resume e consolida informações para a Gestão e permite a comunicação dos elementos principais para alinhamento das ações da organização.

MISSÃO

A supervisão da ética odontológica em todo o território nacional, cabendo zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exerce legalmente

VISÃO

Ser entidade reconhecida pela sociedade e pelos profissionais pela sua contribuição e liderança nas questões relacionadas com a Saúde e a Odontologia, por meio de ações de valorização do profissional, pelo estímulo à conduta ética e pelo aprimoramento contínuo em benefício da sociedade

VALORES

- ✓ Legalidade
- ✓ Impessoalidade
- ✓ Moralidade
- ✓ Publicidade e Eficiência
- ✓ Comportamento Ético
- ✓ Excelência
- ✓ Aprimoramento Contínuo

SOCIEDADE E CLIENTES

Ref.07 Melhorar o atendimento a profissionais e estabelecimentos

Ref.08 Aumentar a visibilidade das orientações produzidas

Ref.09 Promover serviços e processos integrados no SCO

Ref.12 Aumentar a oferta de serviços aos CROs

PROCESSOS INTERNOS

Ref.03 Redesenhar os processos do CFO e do SCO

Ref.04 Implementar visão de gestão de projetos

Ref.10 Manter e aumentar a qualidade da produção das Comissões

Ref.11 Agilizar o atendimento das exigências dos órgãos de controle

APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

Ref.01 Implantar Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI)

Ref.02 Implementar Plano de Desenvolvimento de Pessoas

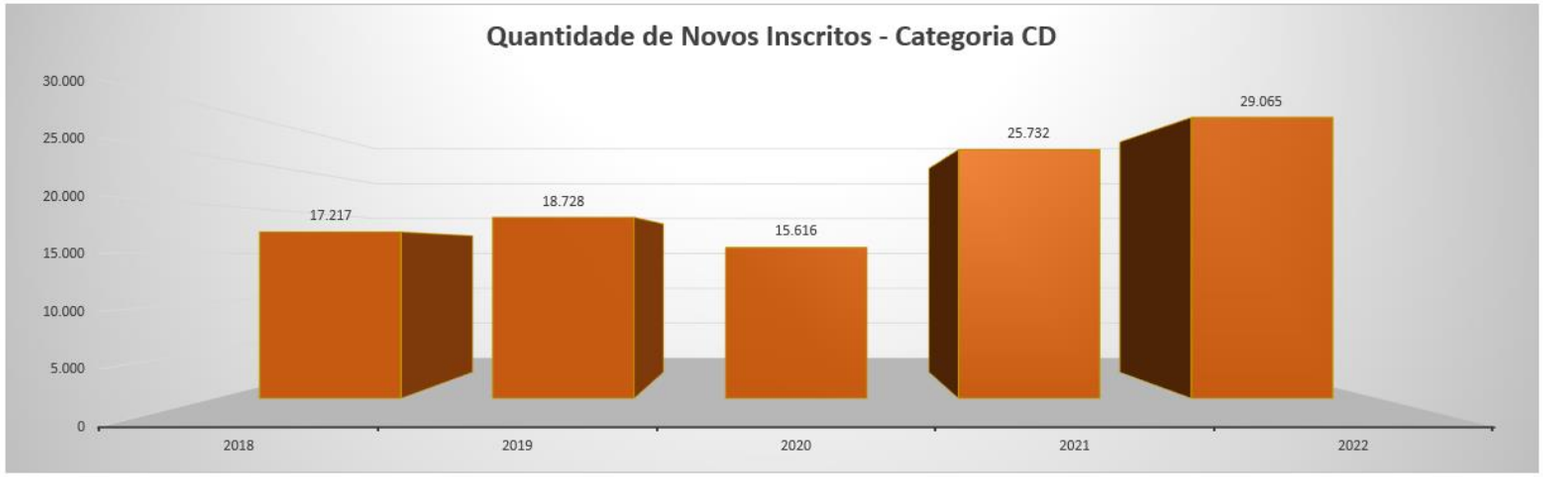
ECONÔMICO - FINANCEIRO

Ref.05 Reduzir Inadimplência

Ref.06 Aprimorar o Planejamento Financeiro e Orçamentário

Evolução da Odontologia

Crescimento do número de profissionais e entidades nos Conselhos Regionais de Odontologia nos últimos 5 exercícios.



O quantitativo de inscritos por categoria nos anos de 2018 a 2022 teve um crescimento de 24,59%

Categorias	2018	2019	2020	2021	2022
CD	306.928	317.187	339.556	362.714	382.720
EPAO	42.839	48.267	52.619	46.194	51.773
TPD	22.467	22.749	23.396	24.061	24.330
LB	2.445	2.670	2.792	2.941	3.144
TSB	28.418	30.915	33.391	36.817	39.918
ASB	131.704	139.393	145.995	156.786	165.034
APD	6.170	6.365	6.551	6.824	7.091
Total Geral	**540.971**	**567.546**	**604.300**	**636.337**	**674.010**
Crescimento (%)		*4,91%*	*6,08%*	*5,03%*	*5,59%*

Início do movimento da Odontologia brasileira

Nos anos 60, bem no início, começou um movimento na Odontologia brasileira, que teve como meta a criação dos Conselhos de Odontologia. À época existia o Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia (SNFO), que enviou ao Ministério da Saúde uma minuta de projeto de lei, que teve a melhor das acolhidas. Através da Exposição de Motivos nº 185, de 31 de agosto de 1960, o tema foi submetido à apreciação do então Presidente da República, João Goulart.

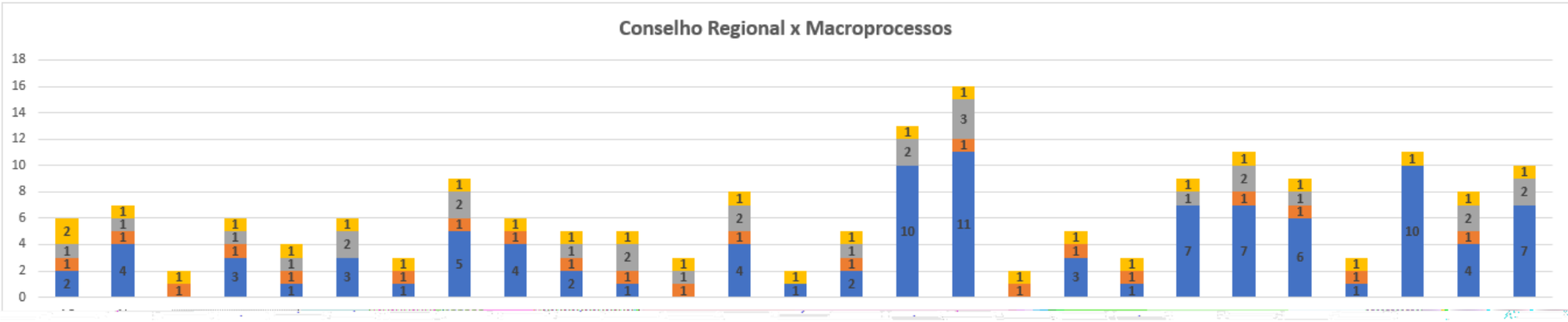
O Poder Executivo, com a Mensagem nº 357, de 27 de setembro de 1960, encaminhou o projeto ao Congresso Nacional, que, após tramitação normal, foi convertido na Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964.

Conheça mais sobre o movimento da Odontologia brasileira acessando https://website.cfo.org.br/historico/

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Setor de Auditoria

O Setor de Auditoria do Conselho Federal de Odontologia executou as atividades previstas no planejamento para o exercício de 2022, pautado nas atribuições estatutárias do CFO, em observância aos dispositivos legais e normativos internos. As atividades desenvolvidas são executadas com independência, integridade e objetividade, de forma a auxiliar a tomada de decisões da Diretoria do Conselho Federal, com base em quatro macroprocessos de atividades, sendo eles: Prestação de Contas Anual, Apoio Financeiro, Auditoria Interna, Consultoria.



Quantitativo de atividades realizadas pelo Setor de Auditoria, com emissão de Relatórios ou Pareceres Opinativos

Os processos de auditoria/monitoramento possuem programação inicial para 4 (quatro) semanas, contudo, a execução dos trabalhos de auditoria é de forma simultânea com as demais atividades do Setor de Auditoria elevou o tempo médio para 23 (vinte e três) dias úteis para cada trabalho.

Em 2022 foram realizadas 21 auditorias

O Setor de Auditoria está aprimorando e padronizando cada vez mais os procedimentos utilizados de forma a atender os requisitos do *International Professional Practices Framework* para forma e padrão internacional de estrutura do setor, bem como da implantação do mapeamento de riscos junto aos Conselhos Regionais, que facilitará a definição dos processos e a ordem dos CROs para o processo de auditoria.

https://transparencia.cfo.org.br/setor-de-auditoria/

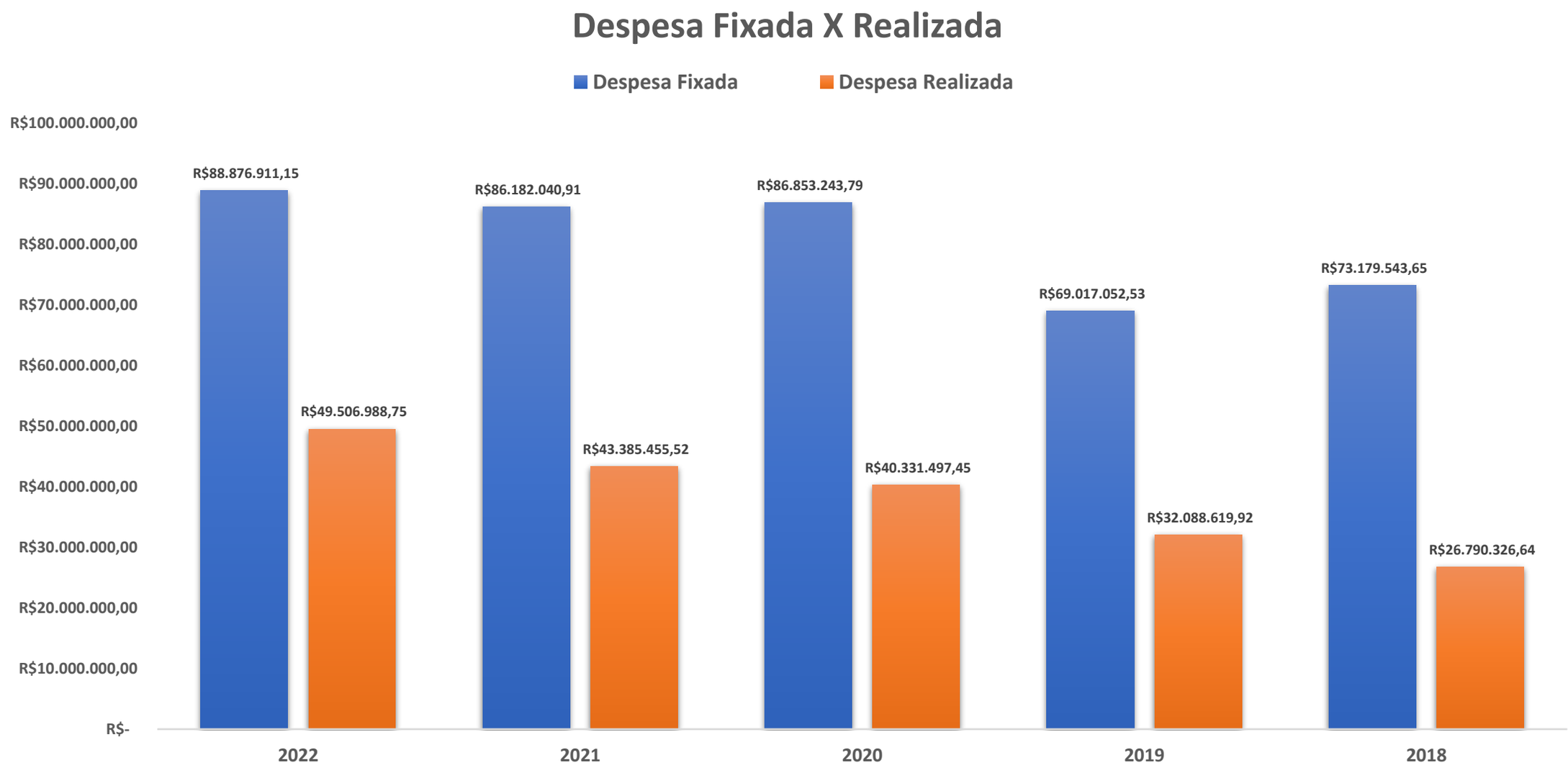
CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

CAPÍTULO 3

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIAS E DESEMPENHO

Despesas

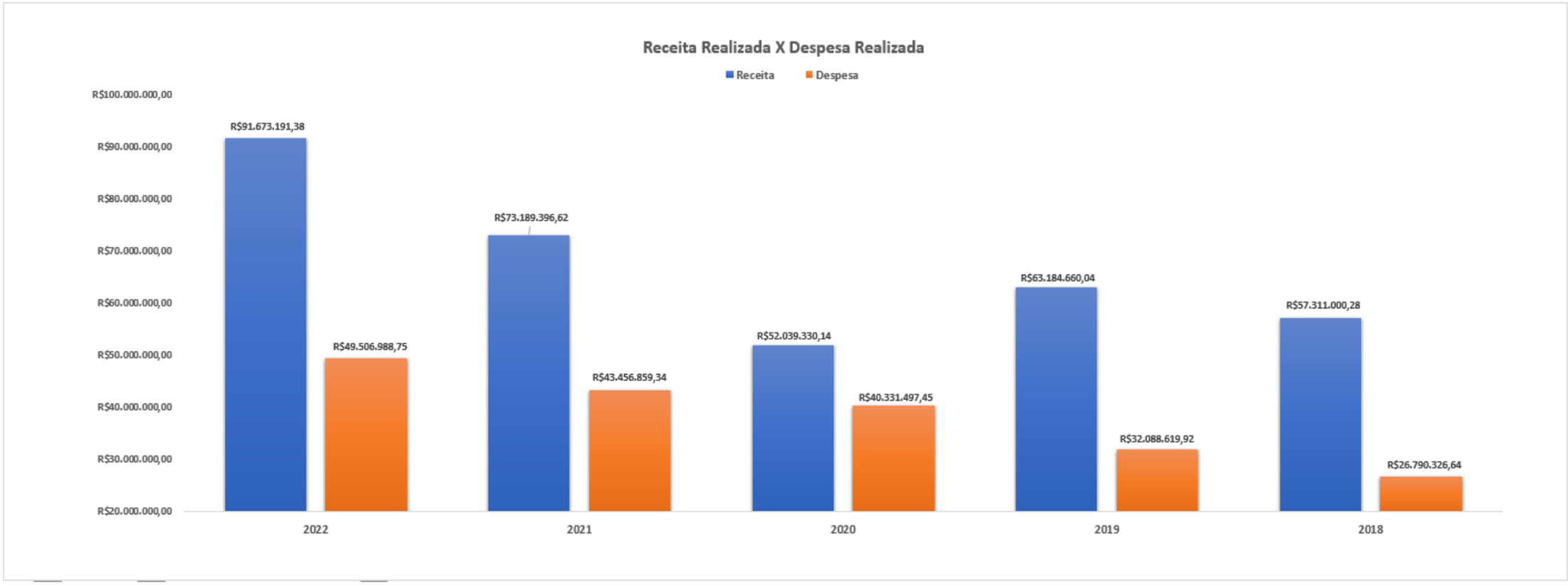
De acordo com os dados do gráfico abaixo, apresentamos a evolução nos 5 últimos exercícios da despesa fixada, em comparação despesa realizada. Conclui-se que no referido período a despesa apresentou constância, tendo o seu crescimento natural.



Despesas e Receitas

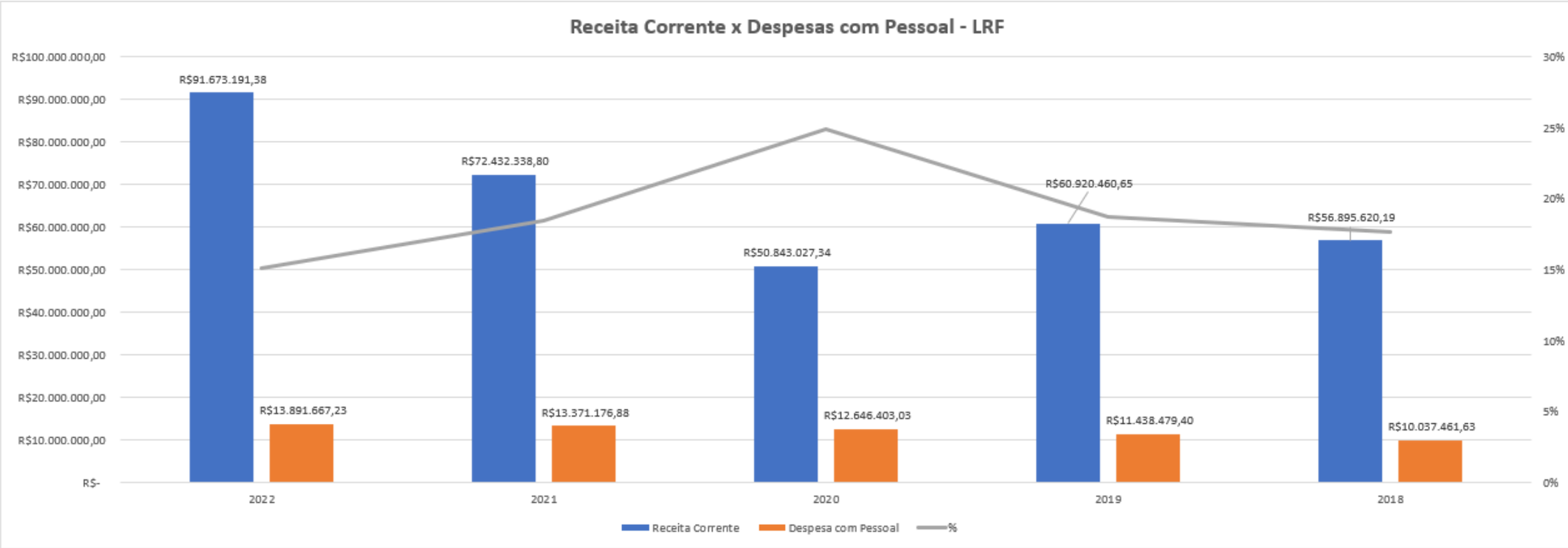
Conforme dados apresentados abaixo, é possível observar o crescente avanço na realização das receitas no exercício de 2022, mesmo sem o aumento do valor nominal das anuidades.

Porém, a diminuição retratada no exercício 2020 é reflexo direto do efeito da pandemia na arrecadação da entidade.



Receita Corrente x Despesa de Pessoal

A Lei complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece na esfera Federal o limite máximo para gastos com pessoal em 50% da receita corrente líquida.

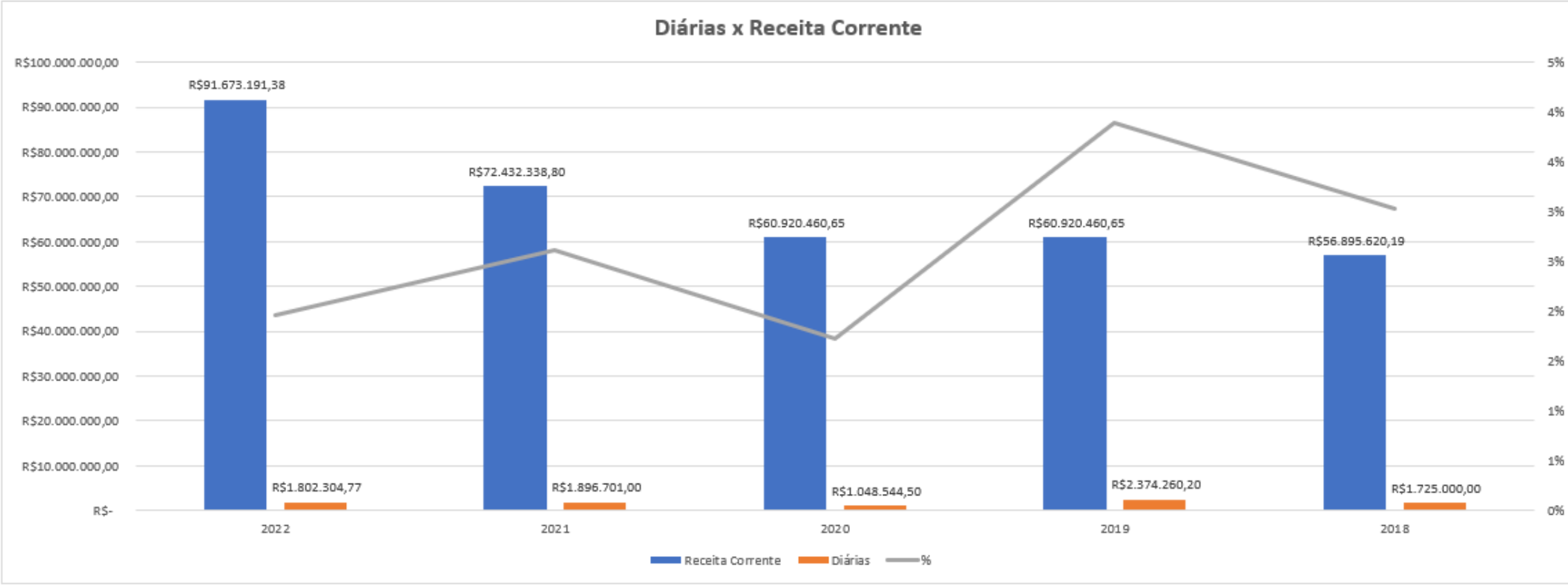


De acordo com os dados apresentados no gráfico acima, nota-se que o Conselho Federal de Odontologia encontra-se com percentual abaixo do limite prudencial.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Diárias e Receitas

As diárias civis, verbas de caráter indenizatório pagas aos Diretores, Conselheiros, Membros de Comissões, Convidados e Funcionários, apresenta estabilização financeira nos últimos exercícios, sendo observada leve queda no valor em 2022.



https://transparencia.cfo.org.br/gestao-orcamentaria-e-financeira-diarias/

Resultados da Gestão

Realizamos a primeira metade dos objetivos do Planejamento Estratégico de curto, médio e longo prazo aprovado em 2018, com foco nas ações de gerenciamento voltadas às inovações tecnológicas, mapeamento de processos de trabalho e gestão de ativos.

Com a consolidação do novo parâmetro gerencial do Conselho Federal de Odontologia, espera-se a concatenação das atividades realizadas nas instâncias de governança, compliance e controles internos com os processos finalísticos.

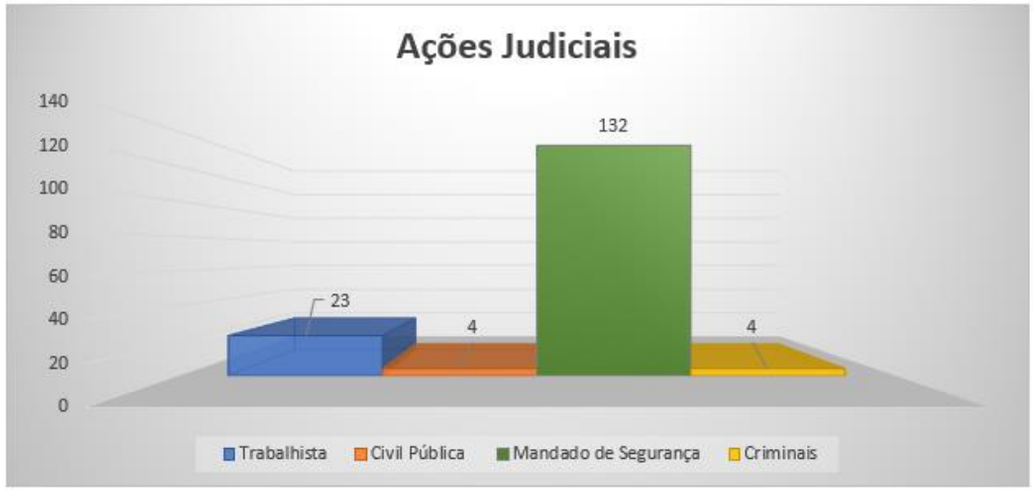
No referido exercício investimos cada vez mais na gestão pública gerencial, eficiente e responsável, realizando de maneira estratégica as finalidades legais do Conselho Federal de Odontologia e executando o planejamento estratégico integrado à missão, visão e valores da entidade.

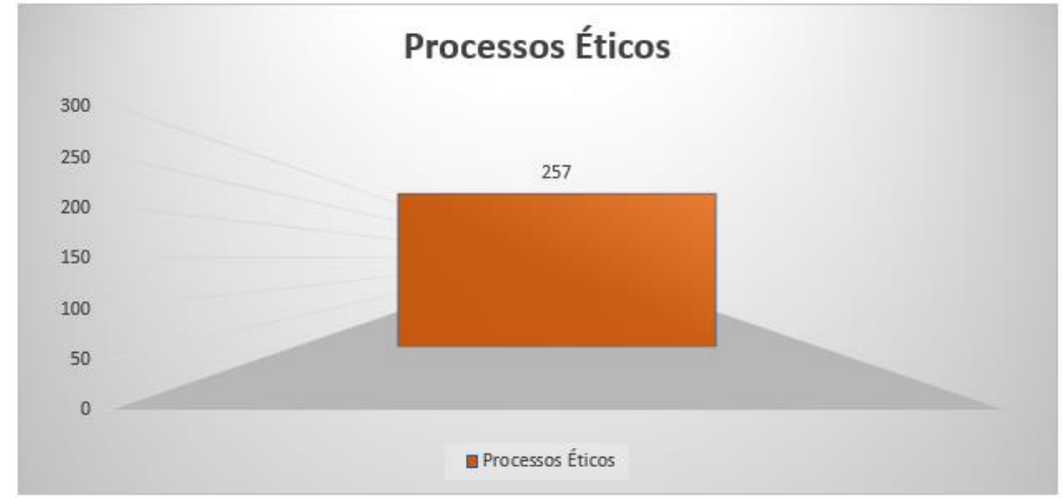
Setor Jurídico

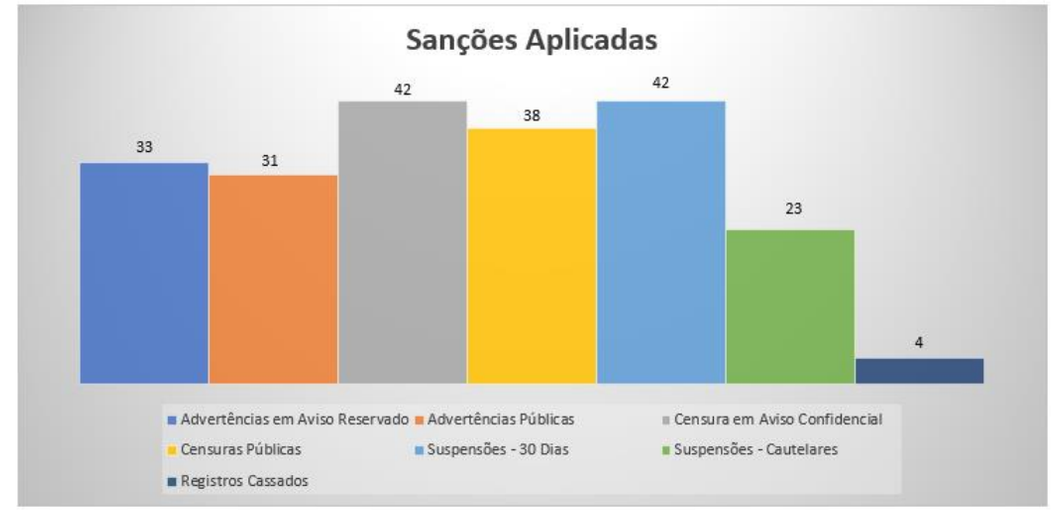
Apresentamos abaixo os principais números relativos às denúncias, sanções aplicadas, processos éticos e ações judiciais do ano de 2022.

Os julgamentos em processos éticos, sejam aqueles em primeira instância ou em segunda instância, representam uma das atividades finalísticas do Conselho Federal de Odontologia. Como estratégia, de modo que a sociedade seja devidamente protegida, buscamos o constante aprimoramento para avaliação célere desses processos.

O Departamento Jurídico atuou diretamente em 46 reuniões, divididos em: Sessões Plenárias e Administrativas, reuniões de Diretoria, Comissão de Tomada de Contas, Comissão Especial de Ética, Administrativas, Conselhos Regionais e ainda, junto a outras entidades (MPF, Casa Civil, TCU).







Administração

Atos Administrativos

Em 2022 foram realizadas 20 (vinte) reuniões, entre assembleias conjuntas, de diretoria e plenária.

33

Decisões

São atos através dos quais o Órgão decide sobre qualquer matéria de ordem administrativa ou sobre qualquer interpretação ou disposição regulamentar.

9

Resoluções

São atos através dos quais o Órgão impõe ou estabelece normas de caráter geral.

49

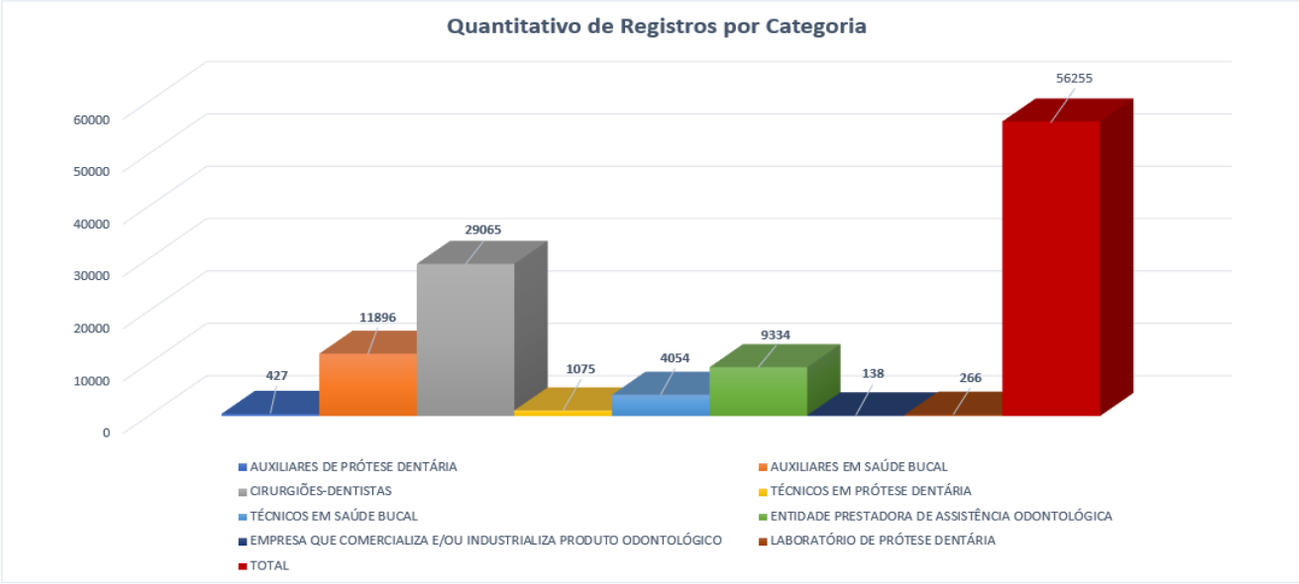
Portarias

São atos através dos quais a Presidência dispõe dentro de sua competência sobre qualquer matéria de ordem administrativa ou normativa.

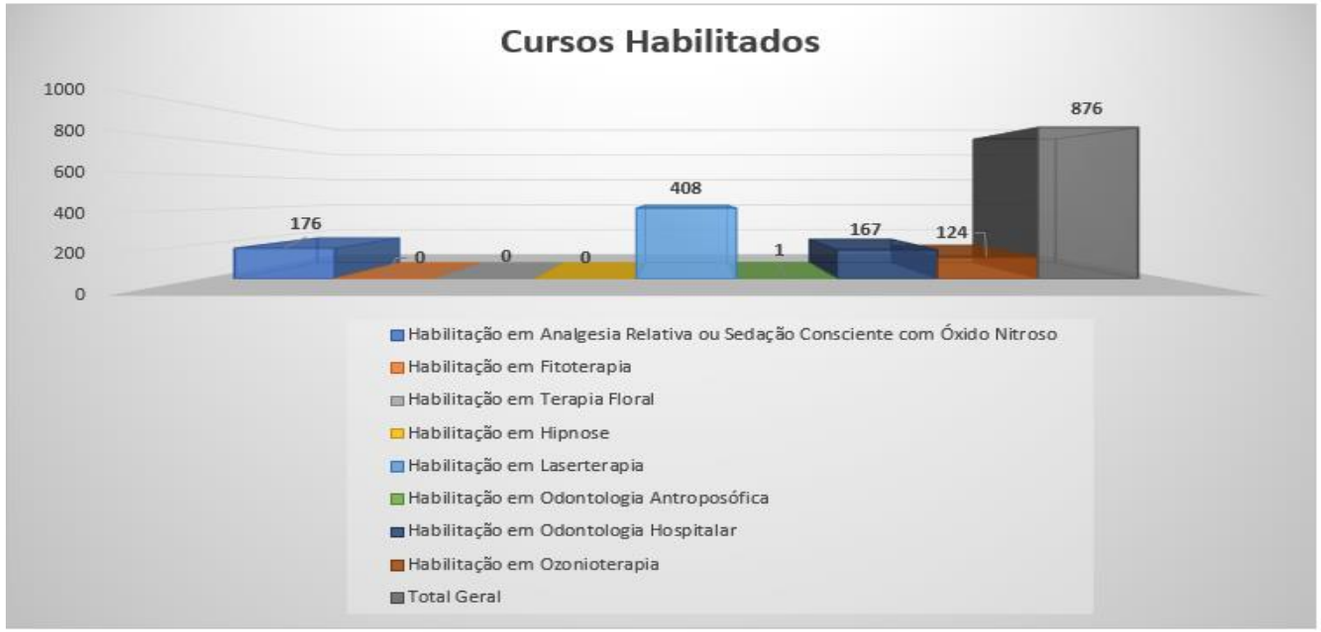
As Decisões, Resoluções e Portarias são atos normativos que representam a exteriorização das deliberações da Assembleia, Plenário e Diretoria, buscando trazer melhorias, padronizações e esclarecimentos à classe odontológica.

Atividade Finalística

Em 2022 houve um acréscimo de 4,56% de novos registros em comparação com 2021.



Quantidade de Registros de Habilitados no ano de 2022 foi de 876, tendo um aumento de 32,72% em comparação com os dados de 2021.



782

Portarias emitidas em 2022 de credenciamento, reconhecimento e renovação de cursos de especialização

170

Portarias emitidas em 2022 referente a Cursos de Habilitação

952

Total de Portarias emitidas em 2022

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Atividade Finalística

Os registros de títulos de especialistas são realizados em consonância com o disposto na Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia, sendo disciplinadas por esse ato normativo as regras para cursos de especialização ministrados por Estabelecimentos de Ensino e cursos de especialização ministrados por Entidades de Classe. Internamente, cada processo de registro de título de especialista é avaliado pela equipe do Setor de Registro e Especialização, após instrução do processo pelos Conselhos Regionais de Odontologia.

Considerando os números obtidos em 2022 foi identificado que houve um aumento de 24,46% de Registros de Especialistas.

Atividade Finalística

Em busca contínua do cumprimento da Missão da Autarquia o Conselho Federal desempenha papel decisivo para assegurar o bom exercício da profissão no Brasil.

Para isso, criou o Programa Nacional de Fiscalização, que prevê o planejamento, aferição de resultados e a ação integrada de fiscalização dos CROs com o CFO, além de instrumentos de apoio aos Conselhos Regionais, como sistema de fiscalização, verbas, carros e tablets para otimizar o trabalho em cada estado, que estão sendo direcionados por meio do Manual de Fiscalização. Documento, que busca padronizar condutas de fiscalização e otimizar o trabalho dos fiscais, com mais eficiência e sustentabilidade.

Para o presidente do CFO, Juliano do Vale, "os investimentos visam manter o alto padrão da Odontologia brasileira, que tem ganhado o mundo".

https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Manual_a5_AF_2508-1.pdf

Evolução das Fiscalizações de Profissionais e Entidades

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS/ENTIDADES FISCALIZADOS					
Categorias	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
CD	55.704	59.248	34.300	52.078	96.751
EPAO	7.933	12.831	9.256	15.189	21.053
TPD	1.110	1.012	1.594	1.526	2.969
LB	386	658	445	779	1.187
TSB	2.490	1.645	1.308	2.594	4.239
ASB	12.551	8.335	4.598	10.306	15.763
APD	477	465	180	376	655
Total Geral	**80.651**	**84.194**	**51.681**	**82.848**	**142.617**

Atividade Finalística

Em observância as Resoluções CFO 238 e 239 de 23 de julho de 2021, o Conselho Federal de Odontologia, reportou aos CROs por meio do Ofício Circular Nº 152/2022/CFO de 03 de fevereiro de 2022 o cumprimento das informações previstas no Art. 8º da referida Resolução que trata do Relatório Anual de Fiscalização.

TOTAL DE FISCALIZAÇÃO X TOTAL DE INSCRITOS			
Ano	Total fiscalização	Total de inscritos	%
2018	80.651	540.971	14,91%
2019	84.194	567.546	14,83%
2020	51.681	604.300	8,55%
2021	82.848	636.337	13,02%
2022	142.617	674.010	21,16%

Considerando os números obtidos por meio dos CROs, foi identificado que o percentual de fiscalização no Brasil em 2021 foi de 13,02%, enquanto em 2022 foi de 21,16%, ou seja, houve um aumento de 8,14%. Isso representa um aumento de aproximadamente 60.000 fiscalizações.

Quantidade de denúncias recebidas pela fiscalização nos CROs nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022

QUANTIDADE DE DENÚNCIAS RECEBIDAS PELA FISCALIZAÇÃO	
Ano	Total
2019	7.852
2020	9.545
2021	10.453
2022	14.897

**Dados referentes a 2018 não coletados*

Conforme os dados recebidos dos Regionais, apurou-se que, em 2021, o percentual de processos encaminhado ao Ministério Público, em decorrência de fiscalização referente ao exercício ilegal da profissão, foi de 6,96%, enquanto que em 2022 foi de 7,70%.

QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÕES REFERENTES AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO/ENVIADAS AO MP			
Ano	Fiscalização de ilegal	Encaminhadas ao MP	%
2019	782	80	10,23%
2020	473	51	10,78%
2021	776	54	6,96%
2022	1.013	78	7,70%

Proporção da quantidade de notificações em relação ao número total de fiscalizações. Conforme os dados recebidos dos Regionais, apurou-se que o percentual de notificações, gerado em decorrência das fiscalizações, representava 25,22% em 2021 e 27,79% em 2022.

QUANTIDADE DE NOTIFICAÇÃO			
Ano	Fiscalizações	Quantidade de notificações	%
2019	84.194	17.921	21,29%
2020	51.681	10.382	20,09%
2021	82.848	20.894	25,22%
2022	142.617	39.627	27,79%

Atividade Finalística

Quantidade de fiscalizações realizadas em conjunto com outros órgãos nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022

QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÃO COM OUTROS ÓRGÃOS	
Ano	Total
2019	244
2020	221
2021	291
2022	988

**Dados referentes a 2018 não coletados*

Valor total efetivamente gasto com a função de fiscalização do exercício profissional nos CROs.

VALOR GASTO COM FISCALIZAÇÃO		
Ano	Total	Variação(%)
2019	14.640.242,06	
2020	11.986.522,41	-18,13%
2021	21.410.628,88	78,62%
2022	28.570.516,94	33,44%

**Dados referentes a 2018 não coletados*

Após o tratamento dos dados apresentados pelos CROs, observamos que alguns Regionais têm dificuldades para enviar as informações e, por isso, devemos implantar novas estratégias para coletar as informações de fiscalização de forma padronizada.

É importante ressaltar que a implantação do novo sistema de fiscalização proporcionará uma coleta de dados mais fidedigna, além de fomentar o aumento do número de fiscalização em virtude das facilidades promovidas pelo uso de sistema e de novas tecnologias como, por exemplo, a utilização de tablets com "caneta", a fim de proporcionar a assinatura digital e o envio automático do termo ao fiscalizado, além de reduzir o consumo de papel.

Foi observado que o aumento do número de profissionais e entidades inscritos ativos se mantém linear desde a primeira medição (2018), com uma média de crescimento de 5,40% ao ano.

Destacou-se a relevância do aumento expressivo do número de fiscalizações em 2022. No ano anterior, foram realizadas 82.848 fiscalizações, já em 2022 foram 142.617 fiscalizações, ou seja, um aumento significativo de 72,14%.

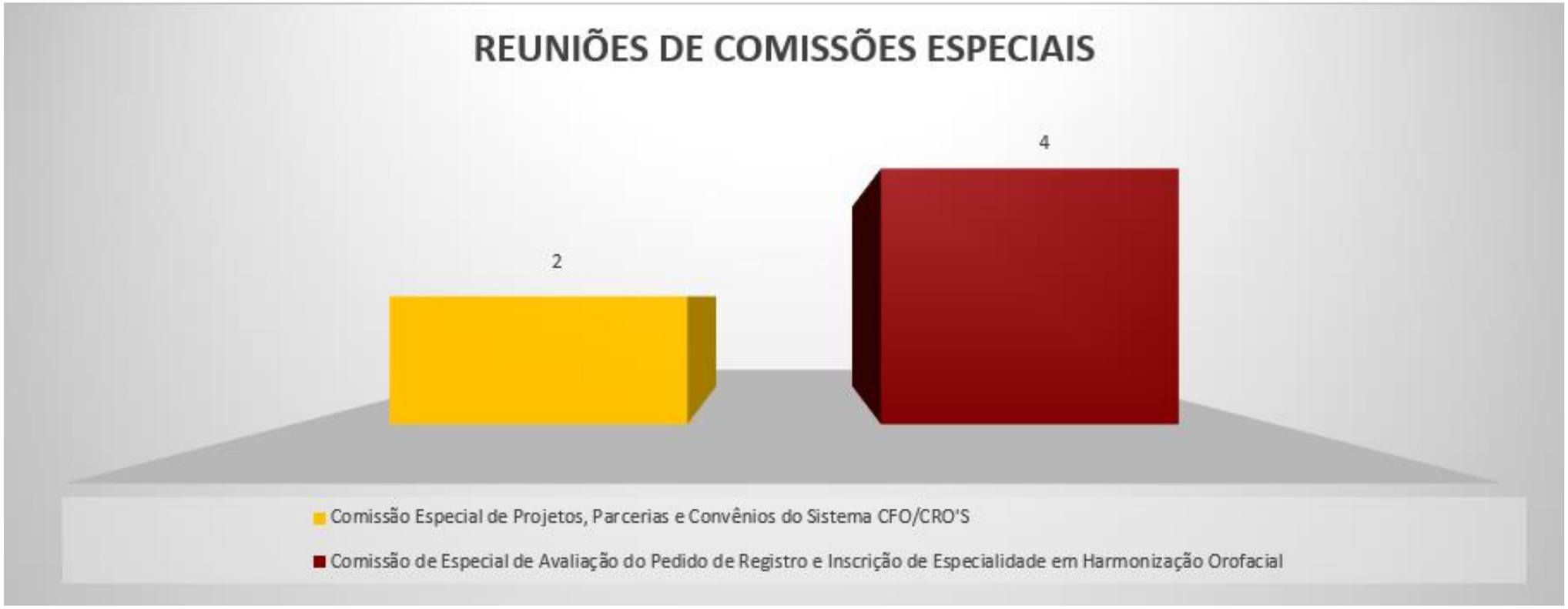
Observou-se, também, um aumento significativo da média de fiscalizações por fiscal, de 448 para 747 atos fiscalizatórios por fiscal por ano.

Conclui-se que toda evolução alcançada, até o presente momento, só foi possível em virtude das ações propostas pelo Conselho Federal de Odontologia, por meio da criação, em 2021, do Manual de Fiscalização, do Plano Nacional de Fiscalização para o Sistema CFO/CROs e do Programa de Fortalecimento das Atividades de Fiscalização, instituídos, respectivamente, pelas Resoluções CFO nº 238 e nº 239.

Comissões

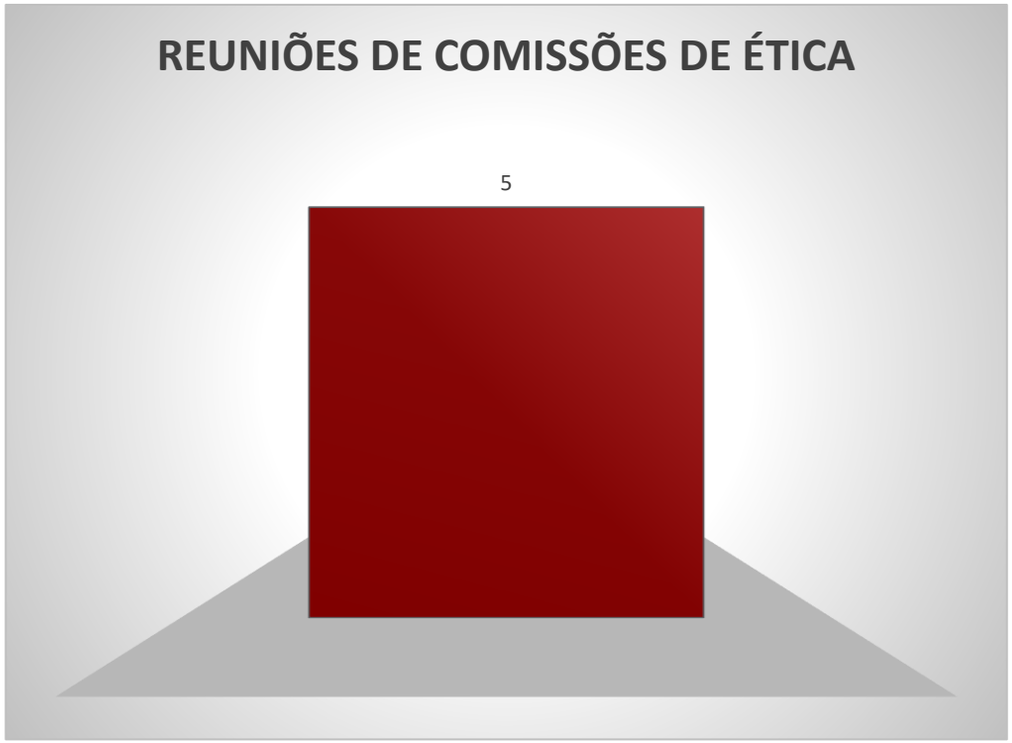
As Comissões Permanentes do Conselho Federal de Odontologia fazem parte da estrutura como Órgãos Complementares e foram criadas pela Diretoria para a execução de determinadas tarefas exigidas para o exercício de sua competência ou para atingir aqueles fins que não recomendem a criação de serviço permanente nos assuntos relativos à:

I - Definição de atitudes e orientação sobre procedimentos a serem observados pelos órgãos integrantes da Autarquia no controle e na defesa dos interesses da Odontologia;
II - Fiscalização do exercício profissional, inclusive em hospitais e policlínicas, de anúncios de propaganda vinculados à Odontologia, dos estabelecimentos comerciais e industriais de materiais odontológicos e da execução de convênios;
III - Execução ocasional, sem caráter de permanência, de atividades específicas; e,
IV - Qualquer outra atividade que lhes seja cometida, a critério da Diretoria.



Comissões

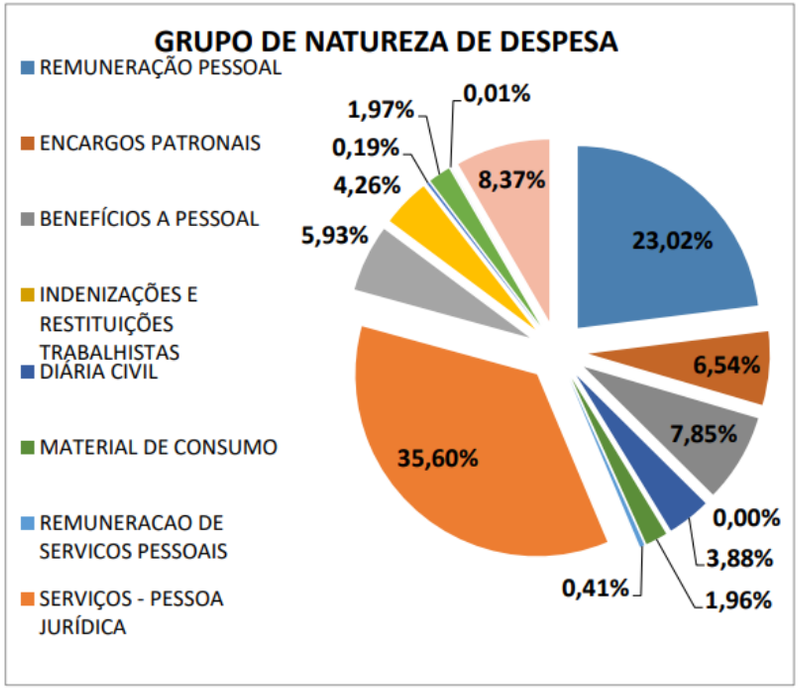
Em face da pandemia da Covid-19, o Conselho Federal de Odontologia deparou-se com um cenário de grandes restrições no exercício de suas atividades nos anos de 2020 e 2021. Não obstante às incertezas frente ao ano de 2022, o CFO iniciou a condução dos trabalhos para seleção dos futuros membros a compor as 13 comissões técnicas deste Conselho. Tal processo demandou tempo e cuidado necessários para o bom desempenho da função. Ademais, ressalta-se que o CFO atuou, com a participação dos seus diversos setores, nos maiores eventos promovidos aos profissionais da Odontologia - 39º e 40º Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo, ocorridos em junho de 2022 e janeiro de 2023, respectivamente.



Gestão Financeira

Como demonstrado no decorrer deste relatório, o CFO possui natureza autárquica, arrecada e gerencia recursos públicos de natureza parafiscal, estando sujeito às normas da administração pública e ao controle jurisdicional do TCU. Nesse contexto, para atingir suas finalidades, o CFO, como qualquer outra entidade da administração pública, necessita de uma Gestão Orçamentária e Financeira alinhada com seu propósito perante a sociedade, que é cumprido através de seu orçamento anual. Por meio dele, os gestores devem estabelecer prioridades e decidem como aplicar os recursos financeiros originados da sociedade. Por não objetivar lucros e para alcançar os seus objetivos estabelecidos em Lei, a maior fatia das despesas da Autarquia é executada com grupos relativos a pessoal, encargos, uso de bens, serviços e consumo em geral.

Apresentação de forma gráfica a execução financeira por grupo de natureza de despesa



DEMONSTRATIVO DESPESAS PAGAS POR GRUPO DE NATUREZA

01/01/2022 à 31/12/2022

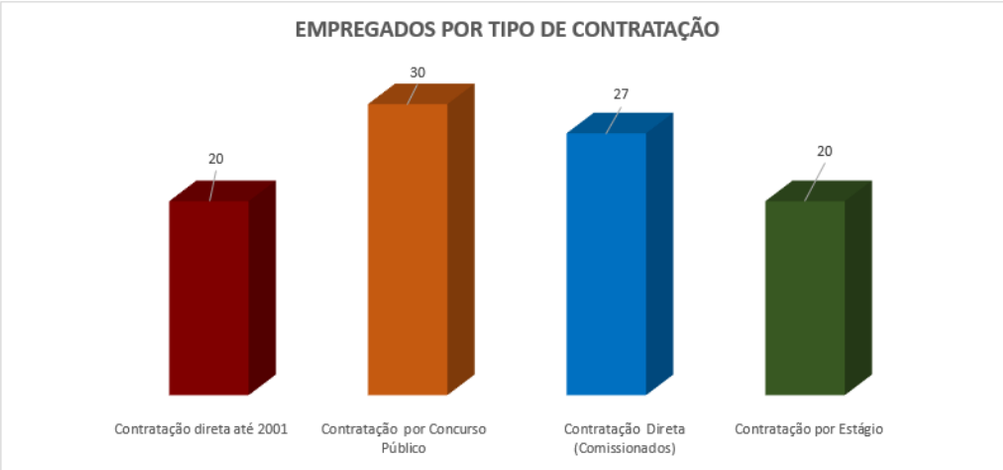
GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	DESPESAS PAGAS	REPR. TL DESP
TOTAL DESPESAS PAGAS	R$ 46.352.558,51	100%
REMUNERAÇÃO PESSOAL	R$ 10.672.638,36	23,02%
ENCARGOS PATRONAIS	R$ 3.029.883,66	6,54%
BENEFÍCIOS A PESSOAL	R$ 3.640.208,36	7,85%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	R$ -	0,00%
DIÁRIA CIVIL	R$ 1.800.524,77	3,88%
MATERIAL DE CONSUMO	R$ 907.341,84	1,96%
REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	R$ 187.781,57	0,41%
SERVIÇOS - PESSOA JURÍDICA	R$ 16.503.701,51	35,60%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$ 2.750.682,99	5,93%
SERVIÇOS BANCÁRIOS	R$ 1.973.313,86	4,26%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	R$ 89.793,10	0,19%
SENTENÇAS JUDICIAIS	R$ 913.662,84	1,97%
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	R$ 3.025,65	0,01%
CONTRIBUIÇÕES - AUXILIO FINANCEIRO CRO's	R$ 3.880.000,00	8,37%

Principais Desafios e Ações Futuras

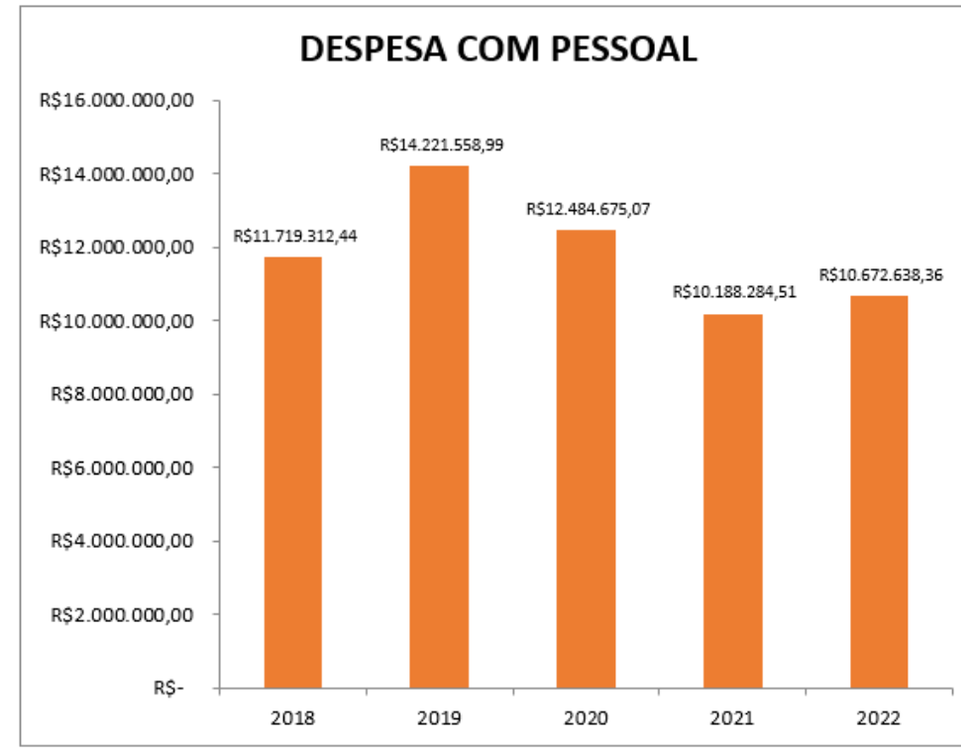
- Aprimoramento ao sistema de integração de cartão de crédito - SELF PAY junto aos Conselhos Regionais e o SISCAF;
- Implantação do e-social, com treinamento e integração com sistema SISCONT; e
- Recrutar para o setor operacional um profissional qualificado em ciências contábeis para melhor atuação das tarefas de tributações existentes e adequações ao novo programa o e-social.

Gestão de Pessoas

A natureza autárquica das entidades fiscalizadoras do exercício profissional, entre elas o Conselho Federal de Odontologia, restou decidida quando do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do Mandado de Segurança 21797-9, DJ, de 18/05/2001.
Não obstante o caráter sui generis dessa natureza autárquica, as relações entre empregados e conselhos profissionais tem seu regimento pela Consolidação das Leis Trabalhistas, sendo o provimento efetivo realizado mediante concurso público de provas.
Nesse sentido, o Conselho Federal de Odontologia cumpre as obrigações legais impostas pela Consolidação das Leis Trabalhistas a seus empregados, bem como observa, quando devido, aspectos originários da Lei 8.112/90.



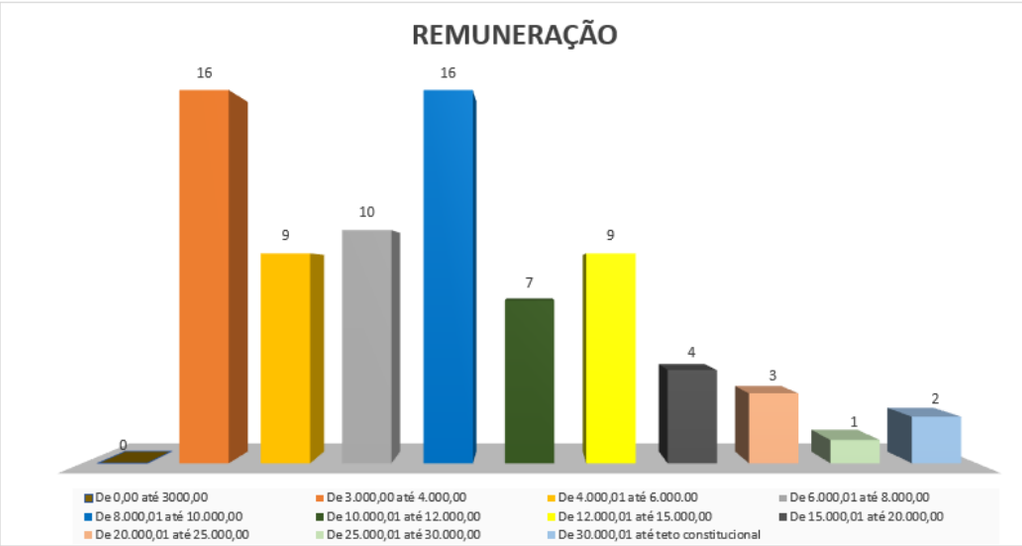
O Conselho Federal de Odontologia possui o percentual de 14,28% (correspondendo a 11) de seus empregados destinados a exercer a atividade finalística da instituição.

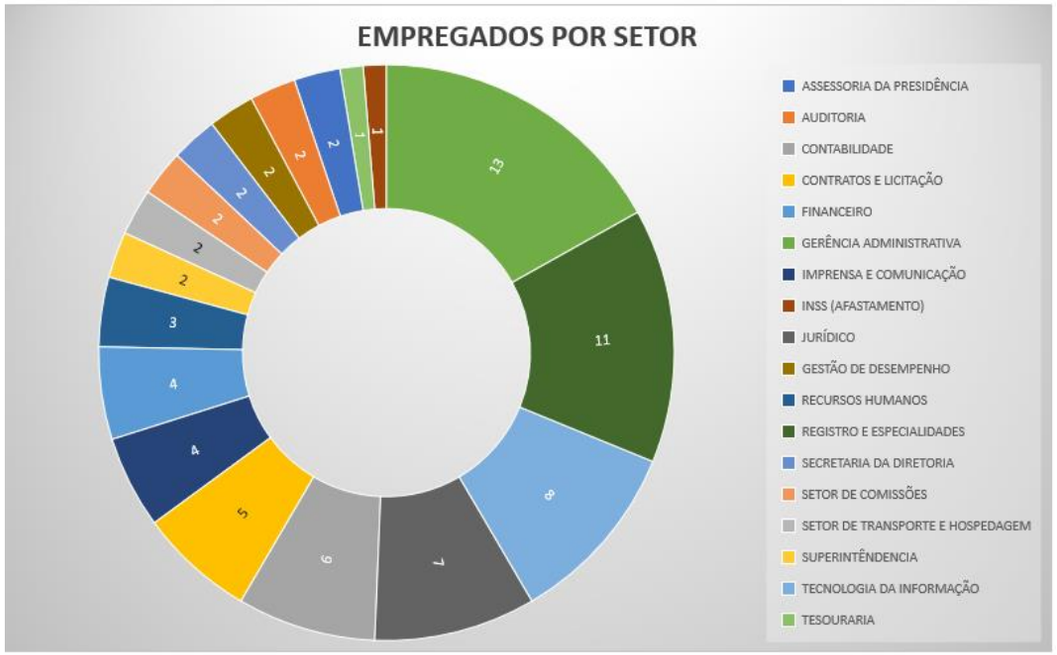


Houve um aumento na despesa com pessoal, em relação ao ano de 2021, decorrente dos efeitos de reajuste salarial implementado pela Portaria CFO-SP 41, de 29 de outubro de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Gestão de Pessoas





O Conselho Federal de Odontologia possui 97 funcionários, sendo: 76 - Empregados Ativos, 01 – Empregado Inativo e 20 - Estagiários Ativos

Principais Desafios e Ações Futuras

São inúmeros desafios que estão envolvidos em uma área de gestão de pessoas. Encontrar as ferramentas ou mecanismos capazes de auxiliar na condução de processos, na motivação do corpo de colaboradores é tarefa diária da gestão de pessoas.

A área de gestão de pessoas, do Conselho Federal de Odontologia, aponta com crucial no processo de motivação de seus funcionários a aprovação de um plano de cargos e salários, devendo pensar em obter o máximo de rendimento de seus empregados, através de atitudes que gerem motivação e desempenho. Entre essas atitudes podemos citar uma comunicação positiva na implementação desse modelo de progressão na carreira, com critérios claros e coerentes com a realidade apresentada pelo CFO, para que os resultados esperados sejam alcançados conjuntamente.

Outra medida que, possivelmente, alavancaria a qualidade de trabalho e a motivação dos colaboradores seria a implementação do Plano Anual de Treinamento (PAT), proposto pela área de Gestão de Pessoas.

Estratégia de Capacitação de Pessoal

Existe, em processo de análise, o Plano Anual de Treinamento (PAT) que será responsável pelas ações de capacitação, treinamento e desenvolvimento do Conselho Federal de Odontologia.

O PAT fundamenta-se nas premissas da gestão por competências e possui metodologia orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias e aplicadas ao desempenho das atividades dos empregados do CFO.

Estratégia de Recrutamento

O Conselho Federal de Odontologia, pertencente à Administração Pública Federal, possui o ingresso de funcionários efetivos, somente, através de concurso público com provas. É importante salientar que existem cargos em comissão, também conhecidos por cargos de confiança, que fogem da regra de seleção por concurso público e são ocupados, temporariamente, por uma pessoa que não faz parte do quadro de funcionários efetivos do Conselho Federal de Odontologia.

Gestão de Contratos e Compras

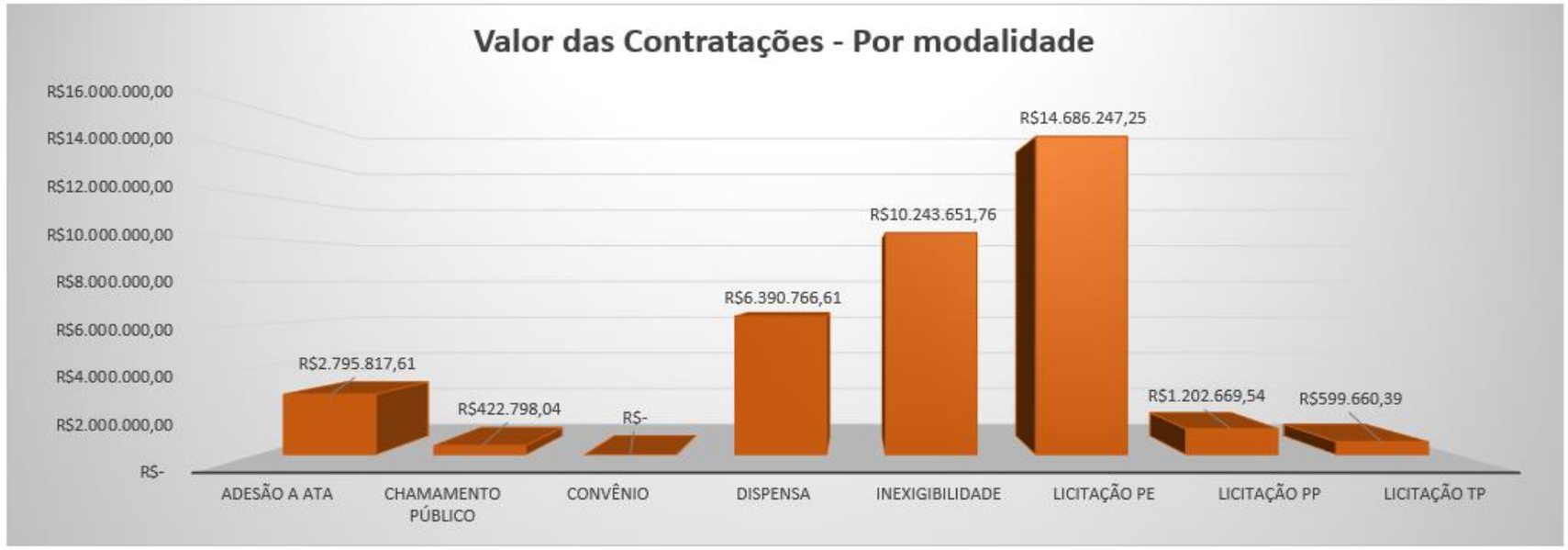
Conformidade legal:

A entidade conta com a Procuradoria Jurídica do CFO nas contratações, assegurando conformidade legal, principalmente às Leis 8.666/1993 e 10.520/2020, Decretos 10.024/19 e 7.892/2013.

Além da aplicação da Lei Geral de Licitações, cabe destacar que os Editais e Instrumentos Contratuais também são confeccionados conforme as disposições da Instrução Normativa nº 05/2017 para os contratos de serviço e da Instrução Normativa nº 04/2014 para a contratação de soluções de TI, apenas para citar as mais importantes.

Em 2022 foram tomadas diversas medidas de aprimoramento das atividades de compras e contratos, sendo as principais:

- Planejamento das Contratações e Compras;
- Estabelecimento de objetivos estratégicos em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional;
- Capacitação constante dos empregados do Setor frente às novas Instruções Normativas e Leis.



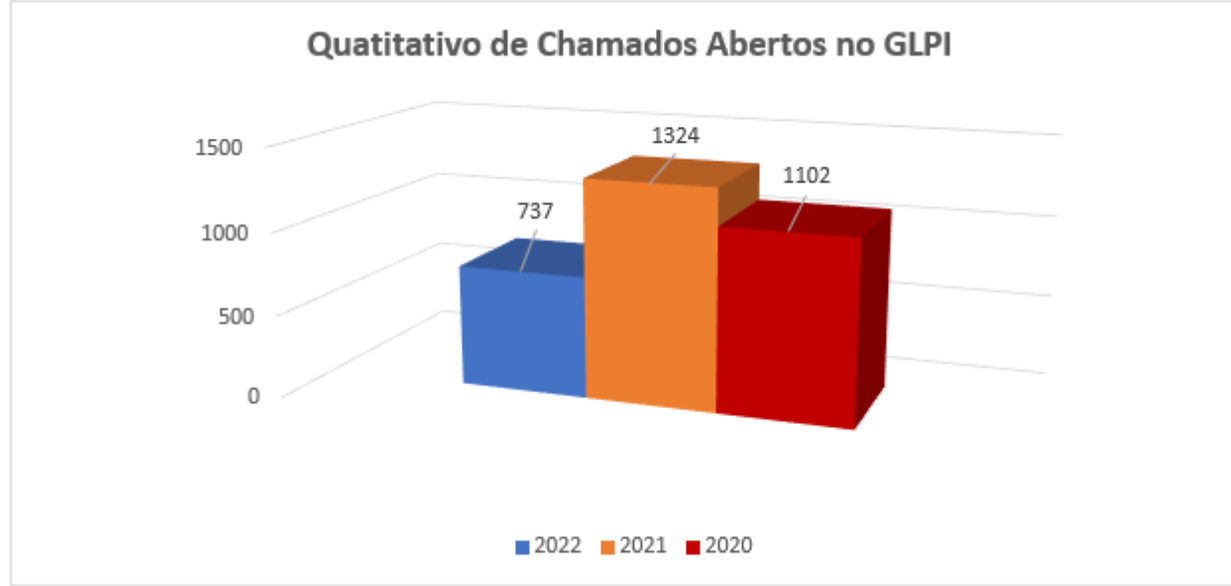
https://transparencia.cfo.org.br/contratos/#

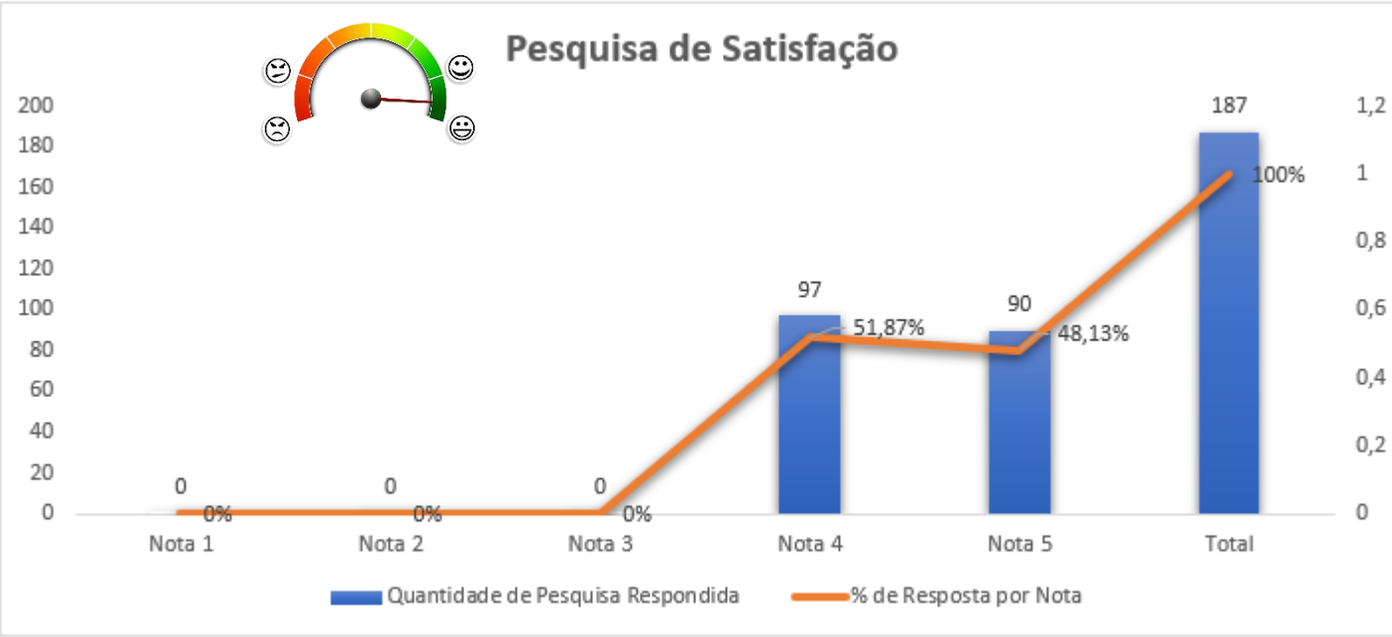
CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Tecnologia da Informação

Em 2022, a equipe de Tecnologia da Informação, efetuou a substituição de 1/3 dos computadores passando de *desktops* para *notebooks*. Esses equipamentos possibilitaram o remanejamento de computadores de forma a melhorar os equipamentos de todos os colaboradores. Ademais, o atendimento das solicitações internas é realizado por meio de chamados via GLPI, tal *software* permite o gerenciamento de serviços, sendo possível a rastreabilidade, bem como o acompanhamento das demandas.

Conforme demonstrado ao lado, o total de chamados abertos em 2022 foi de 737 (setecentos e trinta e sete), o que representou uma redução em comparativo com o ano de 2021. Podemos considerar que o motivo dessa diminuição foi devido a troca dos equipamentos.





Evoluímos a aplicação das pesquisas de satisfação, mas como são opcionais muitos usuários optam por não responder, embora sendo um processo simples. Mesmo com todos esses entraves, obtivemos um percentual de 25,37% de respostas no total de chamados abertos d]em 2022. Onde a nota 1 é totalmente insatisfeito e a nota 5 é totalmente satisfeito.

Tecnologia da Informação

PRINCIPAIS PROJETOS EXECUTADOS PELA ÁREA DE TI EM 2022

• **VALIDAÇÃO DE IMAGENS** – Com o novo sistema passamos a coletar arquivos em formatos que o MUMPS não suportava. Um dos arquivos que começamos a coletar foi a fotografia do profissional. A coleta dessa fotografia passa por uma solução desenvolvida internamente que é baseada no padrão ICAO e que confere grande confiabilidade às fotografias enviadas.

• **IDENTIDADE VIRTUAL** (**CFO ID**) – Estamos ofertando um aplicativo para todos os profissionais inscritos no Sistema Conselhos de Odontologia que possibilita que esses profissionais portem a sua identificação em formato digital, com opção de validação on-line.

• **PARQUE DE COMPUTADORES** – Promovemos a troca de 1/3 dos nossos computadores passando de desktops para notebooks. Esses equipamentos possibilitaram que fizéssemos remanejamento de computadores de forma a melhorar os equipamentos de todos os colaboradores.

• **EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS** – Adquirimos e instalamos equipamentos audiovisuais que substituíram os antigos com grande vantagem e maior qualidade de imagem e som. Esses novos equipamentos possibilitam a exibição de apresentações e reuniões com maior qualidade, facilidade e compatibilidade com os notebooks, o que antes era um grande problema.

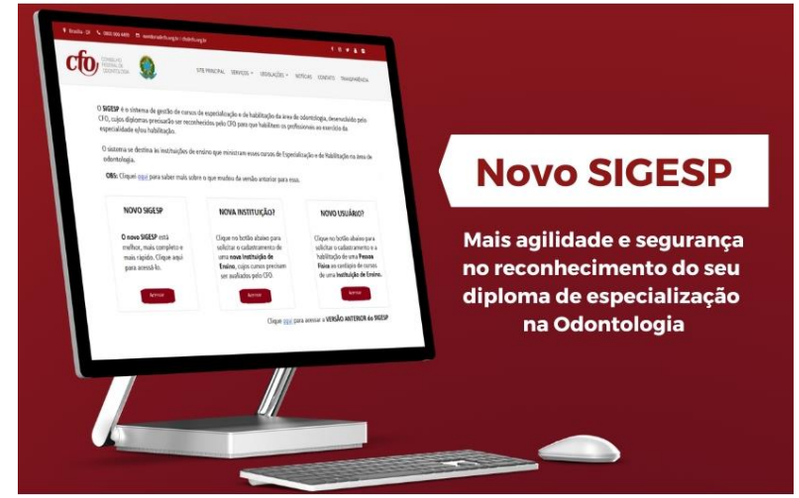
• **CPD DO CFO** – Promovemos uma alteração do CPD do CFO trazendo maior segurança no acesso e consequentemente para os dados, maior segurança os equipamentos e para a estabilidade dos serviços prestados pelo CFO tanto internamente como para os Regionais e para a comunidade em geral.

• **DESATIVAÇÃO PARCIAL DO MUMPS / SISCAF** – Concluímos a migração do principal sistema dos regionais, o que controla os cadastros dos profissionais. Com isso desligamos o MUMPS de desenvolvimento e alteramos o MUMPS de produção para que não aceite mais novos dados. Ficaram disponíveis então 2 servidores de CONSULTA, apenas.

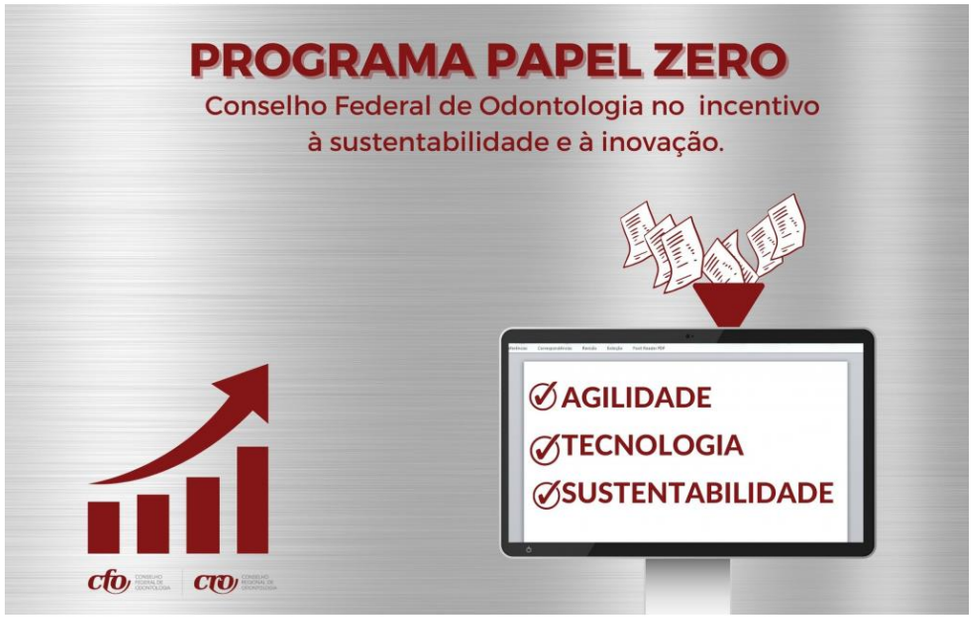
• **NOVO SIGESP** – Desenvolvemos o novo sistema de Gestão de Especialização, em Java, para substituir o sistema anterior que está defasado e com o código corrompido. O novo sistema incorpora novas funcionalidades e possibilitou que um outro sistema feito em MUMPS fosse migrado para o novo sistema. Isso possibilitou o desligamento do sistema de gestão de especialidade que existia no MUMPS.

• **EVOLUÇÃO DO BI** – Iniciamos a extração de dados e relatórios no núcleo de BI. Essa extração e geração tem possibilitado consultas consolidadas que antes precisariam ser demandadas a terceiros. Essas consultas têm dado subsídios ao CFO para auxiliar no processo de tomada de decisões e na validação de dados.

• **GEOLOCALIZAÇÃO** – Recurso baseado no BI que possibilita que os endereços comerciais dos profissionais sejam apresentados em um mapa georreferenciado, facilitando ao público encontrar profissionais conforme a região dos mesmos.



Tecnologia da Informação



PRINCIPAIS PROJETOS EXECUTADOS PELA ÁREA DE TI EM 2022

• **FISCALIZAÇÃO** – Implantação do sistema de fiscalização em alguns Conselhos Regionais de Odontologia como forma de unificar os processos e metodologias utilizados, facilitando assim a coleta de dados de forma centralizada.

• **PAPEL ZERO** – Implantação da metodologia que possibilita tramitar documentos e processos de forma virtual, utilizando um sistema já existente. A implantação foi feita em uma parte dos Conselhos Regionais de Odontologia que foram capacitados para que possam dar prosseguimento ao projeto do Papel Zero, identificando e parametrizando novos processos e fluxos do CRO.

• **ESCRITÓRIO DE SÃO PAULO** – Implantação de um escritório do CFO em São Paulo, destinado a dar suporte às ações do CFO no estado, com toda a infraestrutura de computadores, internet, telefonia e impressão.

• **TABLETS** – Aquisição de tablets para dar suporte à fiscalização do exercício da profissão pelos Conselhos Regionais de Odontologia.

• **COBRANÇA TERCEIRIZADA** – Construção de uma solução de integração dos dados financeiros dos profissionais inscritos no conselho que se encontram em situação devedora perante o Sistema Conselhos de Odontologia para que um sistema de terceiros, especializado em cobrança, consiga ser efetivo na coleta de dados dos profissionais e valores devidos.

• **FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS** – A equipe da TI é muito demandada para fiscalizar contratos relacionados aos serviços de terceiros, em especial os que envolvem tecnologia ou sistemas. São vários contratos que precisam ser fiscalizados, ter as notas fiscais atestadas, eventualmente glosados, e que passam por processos de renovação todos os anos.

• **CENTRALIZAÇÃO DE TABELAS** – O novo sistema trabalha com 28 bases de dados segregadas. Eventualmente algumas tabelas precisam ser centralizadas de forma que se tornem únicas e harmônicas. Fazer essa centralização é um trabalho artesanal, de CRO por CRO. Cada centralização implica em extrair os dados, comparar com a base central, proceder os ajustes nas tabelas e nas propagações desses dados por todo o banco de dados. Fizemos a centralização em metade dos Conselhos Regionais de Odontologia.

• **GERAÇÃO DA ANUIDADE** – A geração da anuidade é uma atividade realizada uma vez por ano. São gerados mais de 220 arquivos para serem postados nos bancos. Essas gerações são precedidas de diversas parametrizações e configurações no sistema, o que demanda quase 25 dias de trabalho que consomem a maior parte da equipe de TI do CFO.

Tecnologia da Informação

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

• **CARTÃO DE CRÉDITO VIA API** – Mudança na forma de integração do sistema com a solução de cartão de crédito, passando para uma integração mais moderna e confiável, via API. Essa nova integração possibilitará a redução de falhas de cobrança e facilitará a conciliação dos valores recebidos e a receber.

• **ATUALIZAR O PDTI** – O PDTI foi concebido há mais de 3 anos e houve muita alteração no Sistema Conselho de Odontologia que demanda uma adequação do PDTI.

• **REDE DO CFO** - Reconfigurar a rede do CFO para contemplar uma segurança mais evoluída, por meio de um novo firewall, bem como a criação de novas DMZ que possibilitem o acesso aos serviços do CFO sem a necessidade de VPN. Ainda temos como objetivo trazer maior estabilidade para os ativos de rede.

• **WIFI UNIVERSAL** - A rede WIFI do CFO ainda é bastante precária e necessita de grandes melhorias para que possa ser utilizada em todo o prédio. Atualmente apenas algumas áreas são cobertas por sinal WIFI e a segurança da rede precisa ser melhorada. Vamos implantar uma solução de WIFI universal no prédio do CFO.

• **DESATIVAÇÃO TOTAL DO MUMPS** – De todos os sistemas que existiam desenvolvidos em MUMPS sobraram apenas 2 sistemas, periféricos, para que possamos dar por encerrado qualquer tipo de desenvolvimento no MUMPS. Restará apenas a consulta de dados financeiros dos inscritos anteriores ao ano 2.000. Vamos levar esses dados para outro lugar e desligar o MUMPS.

• **EVOLUIR O BI** – A implantação da área de BI ainda está muito incipiente, apesar do treinamento realizado. Vamos dedicar esforços na criação de painéis mais representativos e com maior uso da comunidade. Precisamos inclusive agregar ao nosso BI bases de dados externas.

• **GERADOR DE ENERGIA** – A energia na região da sede do CFO é extremamente instável. Isso gera quedas de energia constantes, muitas vezes por períodos superiores a meia hora. Vamos implantar um gerador que entrará em funcionamento automaticamente em caso de queda de energia.

• **NOVA PRESCRIÇÃO ELETRÔNICA** – Disponibilizamos uma solução de prescrição eletrônica que não contemplava o QR CODE. Vamos avançar na construção de uma nova solução que possibilite uma experiência mais agradável para o usuário, mais segura e que forneça dados mais bem qualificados.

• **AVA CFO** – Precisamos criar um Ambiente Virtual de Aprendizagem para disponibilizar conteúdo para os CRO, em especial devido a rotatividade de pessoal. Esse ambiente virtual conterá cursos e uma base de conhecimento que auxiliem os Regionais no seu dia a dia.

• **REFORMULAR A INTRANET** – O CFO oferece aos seus colaboradores uma intranet onde são disponibilizados diversos serviços. Essa intranet é bastante antiga e precisa ser melhorada para possibilitar mais serviços, com maior facilidade.

• **SUPORTE AOS CRO** – Por ser um órgão concentrador, recebemos pedidos de ajuda dos Regionais em diversos campos da tecnologia da informação. O CFO deverá auxiliar esses Regionais na implantação de soluções de TI e na formação de pessoal qualificado, por meio do compartilhamento de informações e da elaboração de cursos rápidos, a distância.

• **SISTEMA DE AGENDAMENTO** – Os Regionais fazem atendimento presencial dos inscritos. Esse atendimento precisa ser organizado, preferencialmente por meio de um sistema de agendamento. Nem todo CRO pode contratar ou tem pessoal para desenvolver uma solução dessas. O CFO deverá desenvolver um sistema de agendamento para ofertar ao CRO.

• **E-SIC UNIVERSAL** – Para estar adequados a LAI (Lei de acesso à Informação), os Regionais precisam oferecer nos seus sites uma opção de abertura de ocorrências qualificada, que possa ser acompanhada. Uma parte dos órgãos governamentais utiliza a solução chamada de e-sic, mas essa solução está ultrapassada e é de difícil implantação e não funciona para redes integradas de instituições. O CFO desenvolverá uma solução que possibilite a abertura de ocorrências qualificadas, de forma integrada e única para todos os CRO e para o CFO.

CAPÍTULO 4

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Responsáveis pelas Demonstrações

Neste capítulo apresentaremos as informações sobre os responsáveis pelos dados orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis do exercício de 2022.

Os relatórios, informações, dados e infográficos deste capítulo apresentam as metodologias e formatos adotados, bem como destaca os fatos contábeis e financeiros mais relevantes e impactantes nos resultados e de que forma estão expressos e contidos nos demonstrativos contábeis e nas principais contas.

Os balanços, demonstrações e notas explicativas estão disponibilizados também no Portal de Transparência do Conselho Federal de Odontologia https://transparencia.cfo.org.br/gestao-orcamentaria-e-financeira-balancos/

Juliano do Vale
Presidente
CPF: XXX.715.301-XX

Raimundo Nazareno de S. Ávila
Vice-Presidente
CPF: XXX.663.002-XX

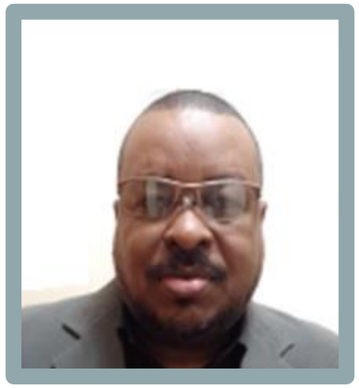
Claudio Yukio Miyake
Secretário-Geral
CPF: XXX.758.308-XX

Luiz Evaristo Ricci Volpato
Tesoureiro
CPF: XXX.096.401-XX

Rodrigo Gomes Couto
Superintendente Executivo
CPF: XXX.809.671-XX

Márcio da Silva Marcellino
Gerência Contábil
CRC nº 091.904/0
CPF: XXX.835.307-XX

Declaração do Contador



A Gerência Contábil do Conselho Federal de Odontologia - GERCON, de acordo com a Resolução CFO-34/2002 de 10 de outubro que normatiza o Regimento Interno do Conselho Federal de Odontologia que estabelece a estrutura organizacional do CFO e conforme parágrafo único do artigo 69 exerce a competência organizacional para proceder aos registros de contabilidade da autarquia, levantamento de balancetes e demais demonstrações contábeis, dentre outras atividades.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis da autarquia e o arcabouço documental que deu suporte aos registros. Todavia, antes da efetiva declaração, cabe fazer algumas considerações e ressalvas para melhor esclarecer sobre os serviços que originaram o levantamento da situação econômico-financeira do CFO e dar maior clareza as informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.

O tratamento dos documentos e conseguintes registros contábeis efetuados pelo CFO foram realizados, via de regra, diariamente, por meio do SISCONT_NET, sistema contábil fornecido pela empresa Implanta Informática, com os trabalhos de registros feitos pelo serviço de contabilidade da Gerência Contábil do CFO, conforme citado. A verificação e instrução dos documentos em processos de recebimentos e de pagamentos realizados, que dão suporte aos lançamentos contábeis foi realizada, via de regra, no âmbito da Gerência Financeira, previamente precedida dos procedimentos de compras e licitação, gerenciadas por setor próprio.

É importante registrar a atuação efetiva de natureza fiscalizatória da Comissão de Tomada de Contas do CFO, com apoio técnico de empregado(a) designado(a) especificamente para realização dos trabalhos de análise dos documentos e dos consequentes registros de gestão, em observância ao princípio da segregação de função, com reuniões periódicas e sucessivas, conforme se demonstra no site de transparência do CFO.

As Demonstrações Contábeis do Conselho Federal de Odontologia - CFO são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos da autarquia;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com a sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro da autarquia no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas no decorrer do exercício;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas) e,
- Notas Explicativas – são informações adicionais às apresentadas nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

Declaração do Contador

Por fim, estas demonstrações contábeis foram elaboradas em observâncias às normas contábeis vigentes no Brasil, como: a lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e as Normas internas do CFO.

Declaração

No que concerne à regularidade da peças contábeis, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, regidos no que couber aos Conselhos de Fiscalização, pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2022, refletem nos seus aspectos mais relevantes à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal de Odontologia, ainda que não tenham sido realizados serviços de auditoria independente no CFO.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2023.

Márcio da Silva Marcellino, CRC nº 091.904/0 – Gerência Contábil

Demonstrações Contábeis

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Conselho Federal do Odontologia foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei Nº 4.320/1964. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Contabilidade utilizado pelo CFO (SISCONT_NET), e tiveram como escopo as informações consolidadas das diversas contas do sistema da autarquia. As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

Balanço Patrimonial (BP);
Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF);
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
Notas Explicativas.
Sumário dos Principais Critérios e Políticas Contábeis adotados pelo CFO

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Conselho Federal de Odontologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem contas bancárias e depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata e aplicações financeiras. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. As contas bancárias observam, no que cabe, o princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), assim sendo, as contas de movimentos, são mantidas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, tendo ainda aplicações financeiras no banco Safra S/A, BTG PACTUAL e na Solstic Capital Investimento e Participações Ltda. Sendo as contas de arrecadação mantidas, em razão de procedimento licitatório, pelo Banco do Brasil.

Demonstrações Contábeis

Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos; (ii) créditos contratuais ou de outras entidades; (iii) créditos de cota parte das anuidades; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos(v) depósitos restituíveis. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, e possivelmente, quando couber, acrescido das atualizações monetárias e juros.

Outros Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) empréstimos e financiamentos concedidos; (ii) estoques; (iii) adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando necessário. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos com cota parte da dívida ativa, a ser inserido no decorrer do ano vindouro; (ii) empréstimos e financiamentos concedidos. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Via de regra, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Passivo

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

(i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
(ii) empréstimos e financiamentos;
(iii) fornecedores e contas a pagar;
(iv) provisões; e
(vii) demais obrigações.

Demonstrações Contábeis

Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras de empréstimos. Os empréstimos são dívidas contratuais (contratos de empréstimos). Não há hodiernamente empréstimos contraídos pela autarquia. O último foi saldado em outubro de 2017, que se deu em razão da aquisição da sede própria da autarquia na cidade de Brasília.

Provisões

As provisões estão segregadas em duas categorias:

(i) riscos trabalhistas;
(ii) outras, utilizada pelo CFO para classificar o depósito judicial consignado. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor.

Apuração do Resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial;
II. Orçamentário; e
III. Financeiro.

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a autarquia, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Demonstrações Contábeis

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário segue o que preconiza a Lei nº 4.320/1964, ou seja, “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”. Assim sendo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da autarquia. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Não há hodiernamente no CFO nenhum contingenciamento de recursos.

Balanço Patrimonial

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Balanço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2021 a 31/12/2021

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**Especificação**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE	**158.224.261,08**	**129.105.583,29**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**12.548.275,30**	**1.347.613,38**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	154.867.495,64	127.303.568,06	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	301.493,78	321.465,40
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.112.892,54	1.041.003,49	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	12.100.411,91	489.618,42
ESTOQUES	899.915,53	459.695,82	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.343.957,37	301.315,92	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	408.824,40
	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	146.369,61	127.705,16
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**27.115.483,54**	**27.185.963,77**	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**0,00**	**0,00**
IMOBILIZADO	27.115.483,54	27.185.963,77	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	3.395.481,48	2.641.338,73	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	24.402.959,67	24.303.759,43	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
TÍTULOS E AÇÕES	47.812,47	47.812,47	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	730.770,08C	193.053,14	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	12.548.275,30	1.347.613,38
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	19.047.799,57	19.047.799,57
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	153.743.669,75	135.896.134,11
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	172.791.469,32	154.943.933,68
TOTAL	**185.339.744,62**	**156.291.547,06**	**TOTAL**	**185.339.744,62**	**156.291.547,06**
ATIVO FINANCEIRO	156.994.345,55	128.315.887,47	PASSIVO FINANCEIRO	15.778.021,53	32.825.686,78
ATIVO PERMANENTE	28.345.399,07	27.975.659,59	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				**169.561.723,09**	**123.465.860,28**

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	**Atual**	**Anterior**	**Saldo do Atos Potenciais Passivos**	**Atual**	**Anterior**
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**	**0,00**

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	141.216.324,02	95.490.200,69

Balanço Orçamentário

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	81.330.011,15	81.330.011,15	91.673.191,38	10.343.180,23
COTA PARTE	76.930.011,15	76.930.011,15	72.679.343,29	-4.250.667,86
FINANCEIRAS	4.000.000,00	4.000.000,00	17.285.674,28	13.285.674,28
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	4.000.000,00	4.000.000,00	17.285.674,28	13.285.674,28
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.000.000,00	4.000.000,00	17.285.674,28	13.285.674,28
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	400.000,00	400.000,00	1.708.173,81	1.308.173,81
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	300.000,00	300.000,00	1.362.182,28	1.062.182,28
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	300.000,00	300.000,00	1.362.182,28	1.062.182,28
RECEITAS DIVERSAS	100.000,00	100.000,00	345.991,53	245.991,53
RECEITA DE CAPITAL	7.546.900,00	7.546.900,00	0,00	-7.546.900,00
ALIENACAO DE BENS	7.546.900,00	7.546.900,00	0,00	-7.546.900,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	7.546.900,00	7.546.900,00	0,00	-7.546.900,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	**88.876.911,15**	**88.876.911,15**	**91.673.191,38**	**2.796.280,23**
DÉFICIT	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**88.876.911,15**	**88.876.911,15**	**91.673.191,38**	**2.796.280,23**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	79.612.108,27	79.612.108,27	46.709.721,69	46.426.285,68	46.382.470,34	32.902.386,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.205.602,54	15.625.602,54	13.891.667,23	13.724.124,06	13.724.124,06	1.733.935,31

Balanço Orçamentário

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
REMUNERAÇÃO PESSOAL	13.116.666,67	12.036.666,67	10.672.638,36	10.672.638,36	10.672.638,36	1.364.028,31
ENCARGOS PATRONAIS	4.088.935,87	3.588.935,87	3.219.028,87	3.051.485,70	3.051.485,70	369.907,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46.228.505,73	49.898.505,73	25.948.842,12	25.832.949,28	25.789.133,94	23.949.663,61
BENEFÍCIOS A PESSOAL	4.300.000,00	4.300.000,00	3.640.208,36	3.640.208,36	3.640.208,36	659.791,64
OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	37.178.505,73	39.648.505,73	19.557.060,77	19.442.057,93	19.398.242,59	20.091.444,96
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.500.000,00	5.700.000,00	2.751.572,99	2.750.682,99	2.750.682,99	2.948.427,01
CONTRIBUIÇÕES	9.648.000,00	8.558.000,00	3.880.000,00	3.880.000,00	3.880.000,00	4.678.000,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	4.950.000,00	3.950.000,00	1.976.891,57	1.976.891,57	1.976.891,57	1.973.108,43
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	230.000,00	230.000,00	89.793,10	89.793,10	89.793,10	140.206,90
SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000.000,00	1.000.000,00	919.502,02	919.502,02	919.502,02	80.497,98
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	350.000,00	350.000,00	3.025,65	3.025,65	3.025,65	346.974,35
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	9.264.802,88	9.264.802,88	5.491.033,87	3.080.703,07	3.080.703,07	3.773.769,01
INVESTIMENTOS	4.264.802,88	4.264.802,88	1.291.033,87	1.280.703,07	1.280.703,07	2.973.769,01
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1.720.000,00	3.020.000,00	1.251.633,87	1.241.303,07	1.241.303,07	1.768.366,13
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	2.544.802,88	1.244.802,88	39.400,00	39.400,00	39.400,00	1.205.402,88
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	5.000.000,00	5.000.000,00	4.200.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	800.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000.000,00	5.000.000,00	4.200.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	800.000,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	**88.876.911,15**	**88.876.911,15**	**52.200.755,56**	**49.506.988,75**	**49.463.173,41**	**36.676.155,59**
SUPERÁVIT	**0,00**	**0,00**	**39.472.435,82**	**0,00**	**0,00**	**39.472.435,82**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
TOTAL	**88.876.911,15**	**88.876.911,15**	**91.673.191,38**	**49.506.988,75**	**49.463.173,41**	**-2.796.280,23**

Balanço Financeiro

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Balanço Financeiro

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária	91.673.191,38	Despesa Orçamentária	52.200.755,56
RECEITA REALIZADA	91.673.191,38	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.693.766,81
RECEITA CORRENTE	91.673.191,38	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	43.815,34
COTA PARTE	72.679.343,29	CREDITO EMPENHADO – PAGO	49.463.173,41
FINANCEIRAS	17.285.674,28	DESPESA CORRENTE	46.382.470,34
JUROS E ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.672.638,36
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	17.285.674,28	ENCARGOS PATRONAIS	3.051.485,70
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	17.285.674,28	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.789.133,94
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.708.173,81	CONTRIBUIÇÕES	3.880.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.362.182,28	SERVIÇOS BANCÁRIOS	1.976.891,57
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.362.182,28	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	89.793,10
RECEITAS DIVERSAS	345.991,53	SENTENÇAS JUDICIAIS	919.502,02
RECEITA DE CAPITAL		DEMAIS DESPESAS CORRENTES	3.025,65
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO		DESPESA DE CAPITAL	3.080.703,07
		INVESTIMENTOS	1.280.703,07
		OUTRAS DESPESAS CAPITAL	1.800.000,00
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	
Recebimentos Extraorçamentários	18.937.260,20	Pagamentos Extraorçamentários	30.818.070,57
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.693.766,81	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	12.653.935,70
Inscrição de Restos a Pagar Processados	43.815,34	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	489.618,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	137.890,16	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	119.225,71
Outros Recebimentos Extraorçamentários	16.061.787,89	Outros Pagamentos Extraorçamentários	17.555.290,74
Saldo em espécie do Exercício Anterior	127.414.571,55	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	155.006.197,00
Caixa e Equivalente de Caixa	127.303.568,06	Caixa e Equivalente de Caixa	154.867.495,64
Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	111.003,49	Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	138.701,36
Total:	**238.025.023,13**		**238.025.023,13**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A demonstração de fluxo de caixa é um relatório contábil em que são listadas as origens de todos os recursos que a Autarquia obteve em 2022 e como eles foram aplicados. Em suma, ele traz todo o movimento de entradas e saídas do caixa do Conselho Federal de Odontologia.

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	
INGRESSOS	
RECEITA CORRENTE	91.673.191,38
COTA PARTE	72.679.343,29
FINANCEIRAS	17.285.674,28
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	17.285.674,28
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	17.285.674,28
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.708.173,81
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.362.182,28
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.362.182,28
RECEITAS DIVERSAS	345.991,53
OUTROS INGRESSOS	16.318.903,76
DESEMBOLSOS	
DESPESA CORRENTE	46.382.470,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.672.638,36
ENCARGOS PATRONAIS	3.051.485,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.789.133,94
CONTRIBUIÇÕES	3.880.000,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	1.976.891,57
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	89.793,10
SENTENÇAS JUDICIAIS	919.502,02
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	3.025,65
OUTROS DESEMBOLSOS	30.964.994,15
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	30.644.630,65
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
INGRESSOS	
DESEMBOLSOS	
INVESTIMENTOS	1.280.703,07
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	1.800.000,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.080.703,07
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
INGRESSOS	
DESEMBOLSOS	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27.563.927,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	127.303.568,06
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	154.867.495,64

Variações Patrimoniais

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual		Exercício Atual
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	92.346.546,84	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	74.304.262,82
CONTRIBUIÇÕES	72.679.343,29	PESSOAL E ENCARGOS	17.364.332,42
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	72.679.343,29	REMUNERACAO DE PESSOAL	10.672.638,36
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	72.679.343,29	REMUNERACAO A PESSOAL - RPPS	10.672.638,36
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	17.285.674,28	ENCARGOS PATRONAIS	3.051.485,70
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	3.051.485,70
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL	3.640.208,36
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	17.285.674,28	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	3.640.208,36
MULTAS SOBRE ANUIDADES	17.285.674,28	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	673.355,46	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	0,00
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS E NASCIMENTOS	673.355,46	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	23.360.814,49
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	673.355,46	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.301.181,84
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.708.173,81	CONSUMO DE MATERIAL	1.301.181,84
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.708.173,81	SERVIÇOS	21.522.449,39
INDENIZAÇÕES	1.362.182,28	DIÁRIAS CIVIL	1.800.524,77
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	345.991,53	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	2.964.014,54
		SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	16.757.910,08
		DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	537.183,26
		DEPRECIACAO	537.183,26
		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.976.891,57
		JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	1.976.891,57
		OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.976.891,57
		TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	20.479.991,98
		TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	20.479.991,98
		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.479.991,98
		DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	912.187,65
		PERDAS COM ALIENACAO	680.250,80
		PERDAS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	680.250,80
		PERDAS INVOLUNTARIAS	231.936,85

	Exercício Atual		Exercício Atual
		PERDAS INVOLUNTARIAS COM ESTOQUES	231.936,85
		TRIBUTARIAS	9.287.517,04
		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	89.793,10
		IMPOSTOS	89.793,10
		CONTRIBUICOES	9.197.723,94
		CONTRIBUICOES	9.197.723,94
		OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	922.527,67
		DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	922.527,67
		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	922.527,67

Total das Variações Ativas :	**92.346.546,84**	**Total das Variações Passivas :**	**74.304.262,82**
	RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício		**Superávit do Exercício**	**18.042.284,02**
Total	**92.346.546,84**	**Total**	**92.346.546,84**

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Notas Explicativas

Nota Nº 01 – Contexto Operacional

O Conselho Federal de Odontologia e os 27 Conselhos Regionais de Odontologia formam em seu conjunto uma autarquia, criados pela Lei 4.324 de 14 de abril de 1964 e posteriormente regulamentados pelo Decreto 68.704 de 03 de junho de 1971. O CFO é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e com seu domicilio em Brasília no Distrito Federal.

A sua principal finalidade é a supervisão da ética odontológica em todo o território nacional, cabendo zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente. Para cumprir essa missão, o CFO legisla por meio de atos normativos, julga processos éticos e centraliza as informações sobre cursos de especialização reconhecidos, bem como sobre números de profissionais e entidades inscritos em todo o território nacional, entre Cirurgiões-Dentistas, Auxiliares de Saúde Bucal, Técnico de Saúde Bucal, Técnico em Prótese Dentária, Auxiliares de Prótese Dentária e Entidades Prestadoras de Serviços Odontológicos.

Nota Nº 02 – Principais diretrizes contábeis

Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do exercício de 2022, foram elaboradas em conformidade com as disposições contidas nas Resoluções do CFC e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do STN (Secretaria do Tesouro Nacional), que foi resultante do Decreto 6976 de 07 de outubro de 2009 e parte da Lei 4320 de 17 de março de 1964, e, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A estrutura, grau de liquidez, nomenclatura etc, foram elaboradas de acordo com a Resolução do Manual da STN – MCASP.

Quanto à responsabilidade e a função desempenhadas pelo Contador, foi fundamentada com base na análise dos documentos suportes, no tratamento e classificação das informações contábeis e não contábeis geradas e apresentadas pela administração do CFO que originam-se das receitas realizadas e das despesas autorizadas pelo Gestor, bem como dos fatos patrimoniais provenientes destas, e alocação no plano de contas padrão efetuando, por via de consequência, a prestação de contas, que ora é apresentada e submetida à apreciação dos órgãos internos e externos e da sociedade em geral.

Nota Nº 03 – Ativo Circulante (Financeiro)

Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, e está demonstrada ao valor de realização, incluindo conforme aplicável aos rendimentos e as variações monetárias auferidas e representam em 31/12/2022 o montante de R$ 154.867.495,64 (cento e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais trinta e seis centavos). Destes, em seu maior vulto, estão aplicados em:

Fundo de investimento no Banco do Brasil, BB CP Administrativo Diferenciado, exclusivo para Conselhos, no valor de R$ 75.952.565,60 (setenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

Fundo de investimento na Caixa Econômica Federal, FI Mega Referenciado DI, no valor de R$ 6.860.648,50 (seis milhões, oitenta e cinco mil, cento e quatorze reais e noventa e nove centavos).

Fundo de investimento Safra R$ 25.340.901,79 (Vinte e cinco milhões, trezentos e quarenta mil, novecentos e um reais e setenta e nove centavos)

Solstic capital Investimento e participação, no valor de R$ 37.323.538,34 (Trinta e sete milhões, trezentos e vinte e três mil, quinhentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos).

BTG Pactual R$ 9.383.382,55 (nove milhões, trezentos e oitenta e três mil, trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

Nota Nº 04

Demais créditos e valores a curto prazo

Consta um débito da Sociedade Incorporadora Sorrento Ltda de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), relativo à cobrança já notificada a empresa, conforme teor do processo CFO 38335/2016 referente ao saldo de pagamento a maior na aquisição do edifício sede do CFO no Distrito Federal.

Os valores apresentados a seguir representam empréstimos concedidos a Conselhos Regionais, sendo: R$ 100.000,00 (cem mil reais) ao CRO de Alagoas, conforme demonstrado no processo CFO SEF 411/2010 e, R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) ao CRO da Paraíba, conforme demonstra o processo CFO SEF 282/2016.

Durante o exercício foi efetuado um bloqueio judicial na conta banco do brasil, no valor de R$ 44.191.18, referente ao processo 0100455-11-2018-5-01-0012, vara 08947 em favor de Mirian Ramos Alexandrino, com contestação pelo jurídico da entidade junto judiciário.

O CFO encerrou o exercício com o saldo de R$ 971.356,81, referente a despesa paga antecipadamente, relativo a tarifas de emissão e postagem de cobrança de competência do exercício 2023.

Nota Nº 05

Estoques

O Almoxarifado está demonstrado ao custo médio ponderado e corresponde a contabilização de itens de materiais de consumo, bem como as carteiras de identidade profissional que se encontram em nosso estoque, que em 31/12/2022 representavam o saldo de R$ 899.915,53 (Oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e quinze reais e cinquenta e três centavos).

Nota Nº 06 – Ativo não Circulante

Imobilizado

Após a finalização dos ajustes contábeis do patrimônio no exercício anterior, o saldo de bens móveis encerrou o exercício em R$ 3.395.481,48 (Três milhões, trezentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos)

Para os bens imóveis, consta a abertura do processo CFO n° 44241/2018, que trata da contratação de empresa especializada na prestação de serviço de avalição de bens imóveis da autarquia.

Além disso, essa posição foi sinalizada nos exercícios anteriores, conforme protocolos internos 184 de 06 de janeiro/2017, 35027 de 31 de outubro/2017, 36291 de 13 de novembro/2017 e 31619 de 06 de dezembro de 2018, este último no findar exercício com o objetivo de buscar solução externa no mercado.

Os valores representativos de bens imóveis, ao final do exercício foram de R$ 24.402.959,67 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos).

Nota Nº 07 – Passivo Circulante (Financeiro)

Consignações

Estão evidenciadas as provisões trabalhistas consignadas no decorrer do exercício em tela, sendo o saldo em 31/12/2022 de R$ 301.493,78 (trezentos e um mil, quatrocentos e noventa e três reais e setenta e oito centavos) majoritariamente referentes ao INSS e ao IRRF do mês de dezembro de 2022.

Nota Nº 08

Fornecedores e contas a pagar a curto prazo
Fornecedores diversos restos a pagar

O exercício encerrou com saldo de R$ 12.078.286,11, dos quais R$ 12.034.470,77, referem-se a liquidações no período, dos empenhos com saldo relativos ao programa de subvenção de que trata a resolução CFO - 216/2019, para aquisição, construção e reforma de sede, conforme distribuição abaixo:

RN	1.150.000,00
SC	1.070.176,00
PE	497.702,95
RJ	2.916.213,63
TO	3.000.000,00
AM	2.400.000,00
MT	318.028,41
CE	350.000,00
RS	332.349,78
TOTAL	12.034.470,77

Consta ainda o saldo de R$ 22.125,80, referente a depósitos vinculados em conta garantia á depositar, referente aos contratos 06/2018, 05/2020, 022/2021 e 017/2022.

Nota Nº 09

Restos a pagar não processados

O total de restos a pagar não processados inscritos até 31/12/2022 foi de R$ 2.693.766,81 (dois milhões, seiscentos e noventa e três mil setecentos e sessenta e seis reais e oitenta e um centavos), sendo os valores mais relevantes, dos programas de repasse de recursos do CFO.

Programa de Construção e reforma de sede: R$ 2.400.000,00

Nota Nº 10 – Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente e, é composto atualmente pelas contas Patrimônio Social e Resultados Acumulados. Até 31/12/2011, o saldo era composto pela conta denominada Ativo Real Líquido. Com as alterações nas normas contábeis já descritas anteriormente, o saldo resultante da conta Ativo Real Líquido, passou em 02/01/2012 a ingressar na conta Patrimônio Social, ao valor de R$19.047.799,57 (dezenove milhões, quarenta e sete mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos).

No tocante a conta de Resultados Acumulados encerrado em 31/12/2022, o saldo foi de R$ 153.743.669,75 (cento e cinquenta e três milhões, setecentos e quarenta e três mil, seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

Houve ainda, ajuste de exercícios anteriores, o saldo R$ 194.748.38 (cento e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos) devedor, referente a reversão de ajuste no imobilizado relativo a saldo de depreciação ajustada indevidamente em 31/12/2021.

Nota Nº 11

Variações Patrimoniais

A escrituração das receitas e das despesas foi realizada pelo regime misto, sendo a receita pelo regime de caixa e a despesa pelo regime de competência. Assim, encerrou-se o exercício de 2022 com uma variação aumentativa de R$ 92.346.546,84 (noventa e dois milhões, trezentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), e as variações diminutivas totalizaram R$ 74.304.262,82 (setenta e quatro milhões, trezentos e quatro mil, duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

A entidade obteve no período apurado, um superávit patrimonial de R$ 18.042.284,02 (dezoito milhões, quarenta e dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais e dois centavo).

O superávit orçamentário do período foi de R$ 39.472.435,82 (Trinta e nove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

Brasília, 28 de fevereiro de 2023

Juliano do Vale
Presidente
CPF xxx.715.301-xx

Luiz Evaristo Ricci Volpato
Tesoureiro
CPF xxx.096.401-xx

Márcio da Silva Marcellino
Gerência Contábil – CRC
091904-0
CPF xxx.835.307-xx

cfo
CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

O CFO tem sede no Distrito Federal e possui representação em todas as unidades da Federação. Independentemente do assunto, entendimentos podem ser mantidos diretamente com qualquer unidade regional do órgão. O endereço completo e os telefones da Sede e dos Conselhos Regionais de Odontologia estão no site.

ONDE ENCONTRAR O CFO

INTERNET

www.cfo.org.br

ENDEREÇO

Lote 2, Quadra CA-07 Centro de Atividades do Setor de Habitações Individuais Norte
Lago Norte, Brasília - DF, Cep: 71.503-507

Horário de atendimento: De segunda a sexta, das 08:00 as 17:00 horas